

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

**Daniela Almeida Sutel**

**A POLÍTICA DE AUSTERIDADE FISCAL NA FACULDADE DE FARMÁCIA DA  
UFRGS**

**Porto Alegre  
2021**

Daniela Almeida Sutel

**A POLÍTICA DE AUSTERIDADE FISCAL NA FACULDADE DE FARMÁCIA DA  
UFRGS**

Trabalho de conclusão de curso de Especialização apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Administração Pública no Século 21.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Dornelas Camara

Porto Alegre  
2021

## **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

Reitor: Prof. Dr. Carlos André Bulhões Mendes  
Vice-reitora: Profa. Dra. Patrícia Helena Lucas Pranke

### **ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO**

Diretor: Prof. Dr. Takeyoshi Imasato  
Vice-diretor: Prof. Dr. Denis Borenstein

### **COORDENAÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO SÉCULO 21**

Coordenador Geral: Prof. Dr. Paulo Ricardo Zilio Abdala  
Coordenador de Ensino: Prof. Dr. Rafael Kruter Flores

### **DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)**

Sutel, Daniela Almeida  
A Política de Austeridade Fiscal na Faculdade de  
Farmácia da UFRGS / Daniela Almeida Sutel. -- 2021.  
65 f.  
Orientador: Guilherme Dornelas Camara.

Trabalho de conclusão de curso (Especialização) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de  
Administração, Administração Pública no Século 21,  
Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Austeridade fiscal. 2. Gastos públicos. 3.  
Neoliberalismo. 4. Gerencialismo. I. Camara, Guilherme  
Dornelas, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

### **Escola de Administração da UFRGS**

Rua Washington Luiz, 855, Bairro Centro Histórico  
CEP: 90010-460 – Porto Alegre – RS  
Telefone: 3308-3801  
E-mail: eadadm@ufrgs.br

Daniela Almeida Sutel

**A POLÍTICA DE AUSTERIDADE FISCAL NA FACULDADE DE FARMÁCIA DA  
UFRGS**

Trabalho de conclusão de curso de Especialização apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Administração Pública no Século 21.

Aprovada em 03 de Setembro de 2021.

**Banca Examinadora**

---

Examinador: Prof. Dr. Paulo Ricardo Zilio Abdala

---

Examinador: Prof. Dr. Leonardo Granato

---

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Dornelas Camara

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo realizar um estudo sobre o impacto da política de austeridade fiscal na Faculdade de Farmácia da UFRGS, que se intensificou a partir do ano de 2016 com a EC 95 de 2016. Antes desse período, por volta de 2015, no segundo governo da presidenta Dilma Rousseff, já se notava os cortes dos recursos na área da educação. Realizou-se esse estudo fundamentando o trabalho com base em conceitos de austeridade fiscal, neoliberalismo e gerencialismo. O desenvolvimento do estudo se deu por meio de uma pesquisa qualitativa com coleta de dados a partir da análise documental de dados provenientes de relatórios coletados diretamente do setor Financeiro e Patrimonial da Faculdade de Farmácia da UFRGS. A partir disso, apresenta-se um histórico do repasse dos recursos oriundos do Tesouro para a Faculdade de Farmácia do período de 2010 a 2020. Com base nesses relatórios observa-se o quanto a participação do Tesouro nas aquisições foi sendo reduzidas. Com relação aos resultados observa-se que as despesas de custeio estão sendo comprometidas significativamente em razão da redução da dotação orçamentária destinada para tais aquisições, causando insegurança quanto a estabilidade financeira dos repasses.

**Palavras-chave:** Austeridade fiscal; Gastos públicos; Neoliberalismo; Gerencialismo.

## ABSTRACT

This work aims to study the impact of fiscal austerity policy at Faculty of Pharmacy of UFRGS, which intensified in 2016 with an EC 95 from 2016. Before this period, around 2015, on the second mandate of president Dilma Roussef, it was already possible to notice resource cuts on the education field. This study was carried out on the basis of fiscal austerity, neoliberalism and managerialism concepts. The study was developed by means of qualitative research with data collection through documental data analysis of the Faculty of Pharmacy financial and patrimonial reports from the financial sector of Faculty of Pharmacy between 2010 and 2020. Based on these reports it is seen how much National Treasure participation acquisitions were reduced. With respect to the results, it can be seen that costs of funding are being significantly compromised due to the reduction of budget allocation destined of referred acquisitions, causing insecurity about the transfers financial stability.

**Keywords:** Fiscal austerity; Public expenditures; Neoliberalism; Managerialism.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Círculo Vicioso da Austeridade .....	15
Figura 2 – Casos de contração fiscal expansionista de Alesina e Ardagna (2010). .....	32

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de Instituições de Educação Superior, matrículas e funções docentes por categoria administrativa. Brasil - 2003-2012. ....	44
Tabela 2 – Execução Orçamentária – Recursos da Fonte Tesouro – (em R\$) – UFRGS .....	47
Tabela 3 – Ingresso de Recursos – Fonte Tesouro – (em R\$) – Faculdade de Farmácia.....	51
Tabela 4 – Aquisições de Materiais de Consumo Laboratorial por Fonte (em R\$) - Faculdade de Farmácia.....	54



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Execução Orçamentária – Fonte Tesouro – (em R\$) – Custeio – UFRGS .....	48
Gráfico 2 – Execução Orçamentária – Fonte Tesouro – (em R\$) – Capital – UFRGS.....	48
Gráfico 3 – Evolução do número de postos terceirizados - UFRGS .....	49
Gráfico 4 – Ingresso de Recursos - Fonte Tesouro (em R\$) - Faculdade de Farmácia.....	52
Gráfico 5 – Aquisições de Equipamentos e Materiais Permanentes por Fonte (em %) - Faculdade de Farmácia .....	53
Gráfico 6 – Aquisições de Material de Consumo por Fonte (em %) - Faculdade de Farmácia .....	54
Gráfico 7 – Aquisições de Material de Consumo Laboratorial por Fonte (em R\$) - Faculdade de Farmácia.....	55
Gráfico 8 – Contratação de Serviços de Terceiros por Fonte (em %) - Faculdade de Farmácia .....	56

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CRC	Comitê sobre Direitos da Criança
EC 95	Emenda Constitucional 95/2016
ENAP	Escola Nacional de Administração Pública
EUA	Estados Unidos da América
ES	Ensino Superior
FAURGS	Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudantil
FMI	Fundo Monetário Internacional
ICBS	Instituto de Ciências Básicas da Saúde
IES	Instituição de Ensino Superior
IFES	Instituições de Ensino Superior
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LACT	Laboratório de Análises Clínicas e Toxicológicas
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PDI	Projeto de Desenvolvimento Institucional
PIB	Produto Interno Bruto
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
Prouni	Programa Universidade para todos
Reuni	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SESU	Secretaria de Educação Superior
TED	Termos de Execução Descentralizada
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>1 A POLÍTICA DE AUSTERIDADE FISCAL .....</b>	<b>13</b>
<b>1.1 O mito da austeridade .....</b>	<b>17</b>
<b>2 NEOLIBERALISMO E A AUSTERIDADE .....</b>	<b>19</b>
<b>3 O GERENCIALISMO E A AUSTERIDADE.....</b>	<b>27</b>
<b>4 AUSTERIDADE NO MUNDO.....</b>	<b>32</b>
<b>4.1 Austeridade no Brasil.....</b>	<b>35</b>
<b>4.1.1 A oficialização da austeridade de longo prazo na EC 95 .....</b>	<b>38</b>
<b>5 OBJETIVOS .....</b>	<b>41</b>
<b>5.1 Objetivo Geral.....</b>	<b>41</b>
<b>5.2. Objetivos Específicos .....</b>	<b>41</b>
<b>6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>42</b>
<b>7 A AUSTERIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL.....</b>	<b>43</b>
<b>8 HISTÓRICO DE CORTES DE RECURSOS NA UFRGS .....</b>	<b>47</b>
<b>8.1 Histórico de cortes de recursos na Faculdade de Farmácia .....</b>	<b>50</b>
<b>8.1.1 Um breve histórico da Faculdade de Farmácia .....</b>	<b>50</b>
<b>8.2 Os cortes de recursos na Faculdade de Farmácia .....</b>	<b>51</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>58</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>59</b>
<b>ANEXO – TERMO DE COMPROMISSO DE UTILIZAÇÃO DE DADOS (TCUD) ....</b>	<b>63</b>

## INTRODUÇÃO

As Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) vêm sofrendo ajustes nas verbas orçamentárias desde 2014 no Governo Dilma, quando os gastos foram limitados. Desde então, o contingenciamento e os cortes vêm ocorrendo anualmente, obrigando que as IFES passem a se adequar a imposição de uma nova realidade. Em reportagem divulgada pelo G1 em agosto de 2020, é mencionado que na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2021 havia previsão de um corte que representa uma redução de 18,2% em relação ao orçamento aprovado para 2020 das despesas discricionárias (não obrigatórias) para as Universidades e Institutos Federais. O que acabou se concretizando, conforme informação divulgada pelo MEC em reportagem de Puente (2021) na CNN, foi uma redução na ordem de 16,5%. De acordo com a ENAP (2017), as despesas discricionárias se referem as despesas de custeio, que são utilizadas para manutenção das atividades, materiais de expediente, água e luz, e despesas de capital, que são os investimentos como obras e aquisição de equipamentos.

A política de austeridade, em especial com a Emenda Constitucional 95/2016 (EC 95), vem impactando inúmeros setores, entre eles as Universidades. Importante salientar que é fundamental a regularidade do financiamento para a manutenção das atividades da Universidade Pública. Tendo em vista que essa política traz diversos danos para a manutenção das atividades das IFES, este estudo buscará demonstrar como o corte de recursos vem afetando as Universidades Públicas Federais. Tendo como tema a política de austeridade fiscal na manutenção das atividades da Faculdade de Farmácia da UFRGS.

Blyth (2017 apud LEITE; SCHMIDIT FILHO, 2019), afirma que a política de austeridade está baseada na contração dos gastos públicos e também no tamanho do Estado. Eles justificam seu pensamento, pois consideram que esses pontos contribuem para o aumento da dívida pública. Conforme leciona Milios (2015 apud DWECK; OLIVEIRA; ROSSI, 2018), a política de austeridade é a imposição das vontades da classe capitalista, assim atendendo às reivindicações do mercado e das elites dominantes em detrimento dos direitos sociais da população.

A austeridade se faz presente como um dos três pilares do neoliberalismo, pois é quando ocorre a liberalização dos mercados (de trabalho, o financeiro) e também privatizações (ANS-TEAD, 2017 apud DWECK; OLIVEIRA; ROSSI, 2018). Normalmente, essas medidas ocorrem em momentos de total instabilidade política e econômica, e também quando há aumento das tensões de classes.

Tendo em vista o cenário de austeridade dos últimos anos com relação à educação brasileira, este trabalho abordará como problema: Considerando o caráter neoliberal da política de

austeridade fiscal, impetrada a partir de 2014, quais são seus efeitos para manutenção das atividades da Faculdade de Farmácia da UFRGS?

Para tanto, esse trabalho está organizado da seguinte forma: além desta introdução, o capítulo 1 aborda a revisão teórica sobre o tema. O capítulo 2 discorre sobre a relação entre o neoliberalismo e austeridade, o capítulo 3 relaciona a política de austeridade fiscal com o gerencialismo, o capítulo 4 é exposto a austeridade no mundo e no Brasil, no capítulo 5 são apresentados o objetivo geral e específicos dessa pesquisa, o capítulo seguinte é descrito o procedimento metodológico da pesquisa, o capítulo 7 contempla a apresentação e análise dos dados e por fim a conclusão e referências.

## 1 A POLÍTICA DE AUSTRERIDADE FISCAL

Dweck et al. (2018), entendem que a política de austeridade pode ser vista como a redução do papel do Estado nas atividades de promotor do crescimento e do bem-estar social.

“Austeridade” não é um termo de origem econômica, a palavra tem origens na filosofia moral e aparece no vocabulário econômico como um neologismo que se apropria da carga moral do termo, especialmente para exaltar o comportamento associado ao rigor, à disciplina, aos sacrifícios, à parcimônia, à prudência, à sobriedade e reprimir comportamentos dispendiosos, insaciáveis, pródigos, perdulários. (DWECK; OLIVEIRA; ROSSI, 2018, p. 17)

Leite e Schimidit Filho (2019) a partir de Blyth (2017) abordam que

Não existe algo como uma “teoria da austeridade” na história do pensamento econômico. O que existe, segundo ele, é uma sensibilidade à ideia do Estado como elemento participante do processo econômico, sensibilidade herdada desde o princípio da economia liberal clássica. (LEITE; SCHMIDIT FILHO, 2019, p. 175)

O mesmo autor afirma que a política de austeridade está baseada na contração dos gastos públicos e também no tamanho do Estado. Eles justificam seu pensamento, pois consideram que esses pontos contribuem para o aumento da dívida pública. Rossi e Mello (2017) consideram a política de austeridade uma medida liberal que tem efeitos danosos na política econômica. Nesse mesmo entendimento, Mendoza (2015) pontua que “...a austeridade é um veículo para demolir o Estado de Bem-Estar Social e construir as fundações de um novo fascismo, um fascismo corporativo.” (MENDOZA apud DWECK; OLIVEIRA; ROSSI, 2018, p. 21).

Quanto ao conceito de austeridade, Canterbury (2015 apud VIEIRA; SANTOS; OCKÉ-REIS; RODRIGUES, 2018), considera que temos 3 definições que podem ser designadas ao termo austeridade.

A primeira se refere à severidade ou simplicidade, severidade de disciplina, regime, expressão ou desenho. A segunda diz respeito a uma medida econômica, como uma poupança, economia ou ato de autonegação, especialmente em relação a algo que é considerado um luxo. E a terceira está relacionada a uma poupança forçada, como política de um governo, com acesso ou disponibilidade restritos ao consumo de bens. (CANTERBERRY, 2015 apud VIEIRA; SANTOS; OCKÉ-REIS; RODRIGUES, 2018, p. 32)

A política de austeridade fiscal tem por objetivo, através do ajuste fiscal, especialmente, por cortes de gastos, o ajuste da economia para promover o crescimento econômico (DWECK; OLIVEIRA; ROSSI, 2018).

Na visão de Milios (2015 apud DWECK; OLIVEIRA; ROSSI, 2018), essa política é a imposição das vontades da classe capitalista, assim atendendo às reivindicações do mercado e das elites dominantes em detrimento dos direitos sociais da população. Os capitalistas se beneficiam das políticas de austeridade quando há recessão e desemprego, pois há uma diminuição de pressões salariais e conseqüentemente um aumento da lucratividade; quando há corte de despesas e redução de obrigações sociais que abrem brechas para cortes de impostos de empresas e das elites; e, por fim, quando há a redução da qualidade e da quantidade dos serviços públicos ofertados, e como resultado dessa medida há uma demanda maior da população por serviços fornecidos pelo setor privado. Temos, por exemplo, a educação, saúde. Assim, o setor privado passa a acumular seus lucros.

A austeridade se faz presente como um dos três pilares do neoliberalismo, pois é quando ocorre a liberalização dos mercados (de trabalho, o financeiro) e também privatizações (ANS-TEAD, 2017 apud DWECK; OLIVEIRA; ROSSI, 2018). Essas medidas ocorrem em momentos de total instabilidade política e econômica, e também quando há aumento das tensões de classes. O que não é necessariamente o momento ideal de implantação. Algumas instituições como o FMI admitem que as conseqüências da redução de gastos podem resultar em uma economia fragilizada.

...a austeridade pode gerar um círculo vicioso em que o corte de gastos reduz o crescimento, o que deteriora a arrecadação e piora o resultado fiscal, o que leva a novos cortes de gastos (Figura 1). Ou seja, em um contexto de crise econômica, a austeridade é ainda mais contraproducente e tende a provocar queda no crescimento e aumento da dívida pública, resultado contrário ao que se propõe. (DWECK; OLIVEIRA; ROSSI, 2018, p. 18)

Dweck, Oliveira e Rossi (2018) mencionam que, quando ocorre a contração dos gastos nas transferências sociais, temos uma diminuição da demanda dos beneficiários, dessa maneira, desacelerando o circuito da renda. A austeridade não só gera retração econômica, como também origina o agravamento da situação fiscal.

Figura 1 – Círculo Vicioso da Austeridade



Fonte: Dweck; Oliveira; Rossi (2018, p. 18).

Todas as medidas de austeridade tendem a gerar consequências danosas. Possível citar que, conforme colocam Bova et al. (2018 apud DWECK; OLIVEIRA; ROSSI, 2018), o aumento da desigualdade de renda é uma dessas consequências.

Também defendem que, quando a economia está indo bem, cortar investimentos, por exemplo, em uma obra pública, pode não ter um impacto tão danoso, pois a empresa que prestava serviço para o governo pode ser contratada pela iniciativa privada que teria capacidade de absorver esse corte de recursos. “Gasto e renda são dois lados da mesma moeda, o gasto de alguém é a renda de outra pessoa: quando alguém gasta, alguém recebe.” Isso ocorre quando o governo corta gastos, as pessoas passam a receber menos e consequentemente, gastam menos no setor privado, trazendo impactos negativos. Dessa forma, é perceptível o efeito direto sobre o emprego e a renda quando ocorre a contração dos recursos (DWECK; OLIVEIRA; ROSSI, 2018, p. 18).

Para Keynes, é no boom e não na crise que o governo pode cortar gastos (Keynes, 1937), nos casos de excesso de demanda na economia. É o raciocínio do autor é bastante intuitivo: na crise, como os recursos da sociedade estão subempregados, um aumento do gasto público gera crescimento e emprego, enquanto que nos momentos de boom, os gastos públicos teriam efeito menor sobre a atividade econômica, dado que o setor privado estaria atuando de forma expansionista. (DWECK; OLIVEIRA; ROSSI, 2018, p. 17)

Jayadev e Konczal (2010 apud DWECK et al., 2018) colocam que o momento correto para que algum tipo de ajuste fiscal seja realizado é quando temos crescimento econômico e



não desaceleração. O FMI, em trabalhos realizados desde 2010, sugere que cada país deve verificar o seu próprio caminho para encaminhar as contas públicas, dessa maneira evitando os ajustes fiscais, enquanto a economia está em recessão (FMI, 2010; 2016 apud DWECK et al., 2018).

Como argumento para defender a austeridade está o de que a austeridade teria efeitos positivos na economia com a realização de ajuste nas contas. Dessa forma, haveria um aumento da confiança dos agentes influenciadores do mercado. À medida que se faz cortes nas contas públicas, demonstra-se responsabilidade e, assim, o governo passa a ter credibilidade do mercado com a melhora da confiabilidade, fazendo que a economia possa recuperar o “...aumento do investimento privado, do consumo e da atração de fluxos de capitais externos.” (CONCEIÇÃO; ÁVILA, 2020, p. 3).

No entanto, no caso brasileiro, em um levantamento realizado por pesquisadores do Ipea, demonstrou-se o efeito multiplicador do gasto público com políticas sociais para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Para a educação, calculou-se um multiplicador do PIB de (1,85), resultando em efeito positivo para a economia, ao contrário das despesas com pagamento dos juros da dívida pública, que resultaram em multiplicador de 0,71 (Abrahão et al., 2011 apud VIEIRA; SANTOS; OCKÉ-REIS; RODRIGUES, 2018). Esse multiplicador representa que para cada real gasto na área da educação, espera-se um aumento do PIB de 1,85 (VIEIRA; SANTOS; OCKÉ-REIS; RODRIGUES, 2018).

Dweck, Oliveira e Rossi (2018) mencionam que como pressuposto teórico para o êxito das políticas de austeridade está o incremento da confiabilidade dos agentes privados, esses seriam os responsáveis pelo crescimento econômico.

Os defensores da política de austeridade sustentam que quando ocorre a desaceleração da economia e um incremento da dívida pública, “...o governo deve realizar um ajuste fiscal, preferencialmente com corte de gastos públicos em detrimento de aumento de impostos.” (DWECK; OLIVEIRA; ROSSI, 2018, p. 17).

Para os apoiadores dessa política, a restrição fiscal e monetária seria expansionista, e somente passa por um breve momento recessivo, que é necessário para retomada da credibilidade nas políticas governamentais (ROSSI; MELLO, 2017).

Blyth (2017 apud LEITE; SCHMIDT FILHO, 2019) considera que a política de austeridade vem se disseminando através da comunidade acadêmica e não acadêmica. Evidentemente, isso deve-se à alegação de que tudo de ruim que acontece na economia é decorrente do setor público e não do mercado. Assim, essa política vem como uma solução de política econômica em algumas situações. Para Dweck, Oliveira e Rossi (2018), a “...austeridade teria,

portanto, a capacidade de reequilibrar a economia, reduzir a dívida pública e retomar o crescimento econômico.” (DWECK; OLIVEIRA; ROSSI, 2018, p. 17).

Ainda que haja inúmeras justificativas com relação a defesa da implantação de uma política de austeridade, ela está embasada em argumentos fracos e estudos bastante discutíveis. Se considera frágil o embasamento, pois a restrição de gasto público em períodos de crise não é propulsora da demanda, mas pelo contrário é contratora da demanda no sistema. Quando temos uma crise econômica, os elementos da demanda privada estão desacelerados, caso aja a contração pelo governo da demanda pública, então a crise será intensificada (DWECK; OLIVEIRA; ROSSI, 2018).

Para Paul Krugman (2015), a crença de que a austeridade gera confiança é baseada em uma fantasia na qual se acredita que, por um lado, os governos são reféns de “vigilantes invisíveis da dívida” que punem pelo mau comportamento e, por outro lado, existe uma “fada da confiança” que recompensará o bom comportamento. (DWECK; OLIVEIRA; ROSSI, 2018)

Após uma revisão de seus estudos, Alesina et al. (2017 apud CONCEIÇÃO; ÁVILA, 2020), identificaram que as medidas de ajuste fiscal são recessivas a curto prazo e afetam o equilíbrio do crescimento econômico. Considerada como perigosa, a austeridade vem da disseminação de uma ideia falaciosa repetida pelo governo e pelos meios de comunicação. Importante desconstruir a visão de que é uma medida necessária. Em um cenário de crise econômica, a austeridade provoca redução do crescimento e aumento da dívida pública, o que é um resultado oposto daquilo que se propõe e é defendido (DWECK; OLIVEIRA; ROSSI, 2018).

## 1.1 O mito da austeridade

Um dos mitos da austeridade reside no discurso onde ocorre comparação entre o orçamento público e o orçamento doméstico, porém ela é extremamente equivocada. Quando realizada, não levam em consideração três aspectos essenciais:

Primeiro, diferentemente das famílias, o governo tem capacidade de dimensionar o seu orçamento. Isso pode ser realizado através da arrecadação de tributos. Essa é uma decisão, fundamentalmente, política e está ao alcance do governo. Por exemplo, pode passar a tributar rendas não tributadas, grandes fortunas, entre outros. Já o orçamento doméstico não tem a capacidade de aumentar a sua renda. Como segundo aspecto, temos que quando o governo gasta, parte disso, retorna como forma de tributos, ou seja, o incremento do gasto público gera aumento da receita. Por fim, o terceiro aspecto, diz respeito a emissão de moeda, as famílias não têm como

emitir moeda, muito menos emitir títulos públicos, nem de determinar a taxa de juros sobre as dívidas que irão contrair, o que, nesse sentido, é diferente da capacidade do governo, que faz tudo isso (CHIEZA, 2020).

Não há como realizar essa comparação entre o orçamento doméstico e o orçamento governamental devido ao grau de complexidade atribuído à administração orçamentária pública. Esses orçamentos seguem linhas de raciocínio opostas. As famílias deixam de adquirir educação e saúde privadas e passam a demandar por educação e saúde públicas. Dessa forma, tenciona o aumento dos gastos públicos. Assim, temos uma pressão por mais despesas públicas, concomitantemente, a redução de arrecadação, estimulando o acréscimo do déficit e da dívida pública (CHIEZA, 2020).

Rossi, Dweck e Arantes (2018) apontam que o discurso da austeridade é acompanhado do mito em que a credibilidade e a confiança dos agentes econômicos aumentam por conta da implementação de políticas de austeridade. Krugman (2015) denominou esse mito de “fada da confiança”. (CONCEIÇÃO; ÁVILA, 2020, p. 4)

Teóricos da austeridade sustentam que a redução das despesas públicas aumenta a confiabilidade dos agentes privados, resultando em crescimento econômico. Essa crença, conforme aponta Krugman (2015 apud CHIEZA, 2020), tem base na ideia de que os governos seriam “...reféns de ‘vigilantes invisíveis da dívida’ que punem pelo mau comportamento, e, por outro, existiria uma ‘fada de confiança’ que recompensaria o bom comportamento.” (KRUGMAN, 2015 apud CHIEZA, 2020, p. 2).

## 2 NEOLIBERALISMO E A AUSTERIDADE

O neoliberalismo pode ser entendido de acordo com Dardot e Laval (2006 apud FONSECA, 2019) como “...um sistema ideológico, sócio/político e econômico que influencia as mais diversas arenas da vida em sociedade: da subjetividade individual à organização econômica dos países e conseqüentemente o sistema político (DARDOT; LAVAL, 2006 apud FONSECA, 2019, p. 115).

Conforme leciona Puello-Socarrás (2013, p. 6 apud MISOCZKY, 2014), na dimensão tática, o neoliberalismo não só se refere a um “programa de políticas públicas ou de organização do aparelho de Estado”, mas também a um “projeto político-econômico de classes”. No âmbito da dimensão estratégica, o neoliberalismo é fundamentado “na sujeição e subordinação absoluta ao Mercado [...] como dispositivo de produção e reprodução social em sentido amplo”. (PUELLO-SOCARRÁS, 2013, p. 6 apud MISOCZKY, 2014, p. 33).

Na visão de Orso (2007 apud CARDOZO et al., 2017), o neoliberalismo pode ser visto como um liberalismo mais profundo. Temos o liberalismo como sendo baseado na propriedade privada dos meios de produção, na concorrência, no individualismo e no livre mercado. De maneira que tanto a propriedade privada quanto às classes sociais acabam sendo elementos essenciais do liberalismo, assim, acompanham a origem neoliberal. O autor ainda considera que “Neoliberalismo é o liberalismo reinventado, os fundamentos da desigualdade social são os mesmos, porém charmosamente chamados de exclusão, enfim, a própria categoria resignificação é um dos alicerces do sistema no qual estamos inseridos.” (ORSO et al., 2013, p.109 apud CARDOZO et al., 2017, p. 13794).

O neoliberalismo vem da ideia de que a redução do Estado é essencial para proteger a propriedade privada, garantir contratos e a ordem pública. Dessa maneira, o receituário neoliberal orienta desregulamentações, privatizações e corte de despesas governamentais (PRADO, 2018). Quando isso ocorre, “O poder estatal é liberado de todo e qualquer empreendimento econômico ou social que possa interessar ao capital privado nacional e transnacional.” (IANNI, 2009, p. 314 apud SILVA; BARBOSA, 2020, p. 344).

É para garantir a valorização privada que o neoliberalismo busca um novo reengajar do Estado, que deveria ser mínimo na concessão dos direitos aos trabalhadores e na defesa destes, sendo, no entanto, atuante em favor do mercado, instaurando uma governamentalidade, uma nova racionalidade ligada à globalização e à financeirização. (DARDOT; LAVAL, 2016 apud SILVA; BARBOSA, 2020, p. 340)

Sefair e Cutrim (2019) entendem que as políticas neoliberais “são também políticas de morte por deixarem morrer suas populações através de políticas de austeridade e exclusão”. Essa ideia, é sustentada pelo fato de que o receituário neoliberal defende a redução “do papel do estado na economia e na promoção do bem-estar social” (SEFAIR; CUTRIM, 2019, p. 31).

Com a implementação das políticas de austeridade, há uma ampla defesa dos empresários, por parte dos neoliberais, que dos consumidores. Assim, “... a austeridade proposta não é a dos que mais consomem (os ricos), mas sim a dos trabalhadores e dos cidadãos que dependem de serviços públicos, o que aumenta a injustiça social.” (VIEIRA; SANTOS; OCKÉ-REIS; RODRIGUES, 2018, p. 32).

Tendo a implantação de políticas neoliberais e a redução do Estado, cria-se uma ideia ilusório de um “vazio político”. Fundamentalmente, esse vazio não existe, pois todas as lacunas que não são controladas pelas “instituições democráticas, formais ou informais” acabam sendo providas pelo setor privado. Assim, o mercado fica responsável por funções que eram providas pelo Estado, como educação, saúde e previdência (PRADO, 2018, p. 1).

O neoliberalismo é sustentado por aqueles que defendem a liberdade total do mercado e restrições à intervenção estatal. Na área econômica, é intensamente doutrinado pela escola de Chicago, que tem como um de seus principais ícones Milton Friedman. A doutrina neoliberal

..filosoficamente, ela apoia-se nos preceitos libertarianos impulsionados por Robert Nozick; e politicamente, ela concretiza-se nas demandas tecnicistas por austeridade, que ganham notoriedade mundial após a década de 70 e têm como principais ícones Margareth Thatcher, no Reino Unido, e Ronald Reagan, nos EUA. (PRADO, 2018, p. 1)

A ideia neoliberal não é nova no Brasil, pois desde a década de 90 vem sendo aplicada no país em alguma medida (TEODORO, 2018 apud SILVA; BARBOSA, 2020). Diante disso, o Estado permanece preso ao capital e dessa maneira toda forma de interação entre diferentes classes são extinguidas (SILVA; BARBOSA, 2020). Na década de 90, nos governos Collor e FHC, o ciclo neoliberal ganhou maior espaço. Tanto nos governos Collor, Itamar e FHC foram implantados controle de gastos públicos, abertura da economia, privatizações, aumento de juros, entre outras políticas que rezam a cartilha neoliberal.

O Governo Collor com a temática de “caça aos marajás” trouxe a necessidade de redução do tamanho do Estado, claramente, uma política neoliberal. Além disso, ocorreu a abertura comercial e a desregulamentação de barreiras tarifárias. Já no período em que Itamar Franco governou, é o momento em que se inicia uma desregulamentação financeira e a

internacionalização do mercado de títulos públicos do Brasil, através de políticas monetárias (TRISTÃO, 2011).

O período FHC (1995-2002) é um momento em que no Brasil prevalece uma política neoliberal, que é orientada para um modelo de Estado gerencial (FAÉ; GOULART; ABDALA, 2016). No segundo mandato de FHC, a orientação neoliberal se torna mais intensa, assim reduzindo ingerência do Estado (TRISTÃO, 2011).

No governo do PT, algumas áreas constataram o término ou a descontinuidade do ciclo neoliberal (FREITAS, 2018 apud SILVA; BARBOSA, 2020). Ainda assim, as políticas neoliberais foram somente amenizadas, porém, não extintas.

Com a ascensão política do Partido dos Trabalhadores (PT), chegando à Presidência da República no Brasil em 2003, havia grandes expectativas com relação às mudanças tão desejadas por uma parcela considerável da população (FAÉ; GOULART; ABDALA, 2016).

No lançamento do Programa de Governo não era sinalizado pelo PT que seu governo seria cooptado pela ideologia neoliberal. No entanto, no decorrer da campanha alguns novos elementos começaram a sinalizar esse caminho, mas defendia-se essa opção apenas como uma “transição” necessária. (TRISTÃO, 2011, p. 111)

Em um primeiro documento, lançado em julho de 2002, denominado Carta ao Povo Brasileiro, durante a campanha eleitoral, o PT divulgou um governo “democrático-popular” com base no eixo social, nacional e democrático, dessa forma demonstrando uma atuação ofensiva contra o mercado em defesa do crescimento, do emprego e da redução da vulnerabilidade externa do Brasil. Em 2003, as cartas encaminhadas ao FMI mencionavam o oposto e expunham o real programa de governo, a sequência do neoliberalismo de FHC. Pode-se dizer que a política implantada no primeiro mandato do Governo Lula deixou claro a classe para a qual serviria, “...a dos capitalistas, coroando o princípio neoliberal de Estado mínimo para o trabalho e Estado máximo para o capital.” (TRISTÃO, 2011, p. 104).

Faé, Goulart e Abdala (2016) destacam que na Carta ao Povo Brasileiro,

O próprio Mercadante (2010, p. 37) afirma que, na Carta, a Coligação Lula Presidente abdicava “de uma estratégia de ruptura” e assumia “o compromisso com uma transição progressiva e pactuada para o novo modelo de desenvolvimento. O compromisso com a estabilidade econômica era apresentado como inegociável e o respeito aos contratos eram claramente incorporados ao programa de governo”. (FAÉ; GOULART; ABDALA, 2016, p. 12)

De maneira gradativa ocorreu todo o processo de inclinação do PT para uma atuação neoliberal. Houve um aperfeiçoamento das políticas econômicas neoliberais diante o governo

FHC com a justificativa da busca da confiança e credibilidade do mercado, assim impedindo qualquer ação mais incisiva que “assuste os capitais” aplicados (TRISTÃO, 2011, p. 114).

Já que o plano neoliberal estava traçado, nada mais restava a não ser aprovar as reformas não realizadas pelo governo de FHC. Dentre elas, conforme cita Tristão (2011), estão:

1. A aprovação da reforma da previdência para os servidores públicos, o que estimulou a criação de Fundos de Pensão;
2. A autonomia operacional do Banco Central;
3. Lei de Falências;
4. Regulamentação das parcerias público-privadas.

Sicsú (2003 apud TRISTÃO, 2011), pondera que sob a perspectiva do mercado era necessário aperfeiçoar a política neoliberal no Brasil, intensificando o neoliberalismo diante das demandas (TRISTÃO, 2011).

O primeiro período do governo Lula, de acordo com Faé, Goulart e Abdala (2016), como propósito estratégico, manifestou “a consolidação de um Novo Desenvolvimentismo”. Conforme Bresser-Pereira (2006, p. 12 apud FAÉ; GOULART; ABDALA, 2016), o novo desenvolvimentismo

[...] não é uma teoria econômica: baseia-se principalmente na macroeconomia keynesiana e na teoria econômica do desenvolvimento, mas é uma estratégia nacional de desenvolvimento. É a maneira pela qual países como o Brasil podem competir com êxito com os países ricos e, gradualmente, alcançá-los. É o conjunto de ideias que permite às nações em desenvolvimento rejeitar as propostas e pressões dos países ricos de reforma e de política econômica, como a abertura total da conta capital e o crescimento com poupança externa, na medida em que essas propostas representam a tentativa de neutralização neo-imperialista de seu desenvolvimento—a prática de ‘empurrar a escada’. (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 12 apud FAÉ; GOULART; ABDALA, 2016, p. 11)

No que se refere a política social, o governo Lula embasou essa política em três eixos: Fome-Zero (e o Bolsa Família), Previdência Social e Seguridade Social. “O primeiro eixo é claramente compensatório e limitado, e os dois segundos configuram-se como regressões neoliberais a favor do mercado em detrimento a direitos propostos pela Constituição Federal de 1988 (CF/1988).” (MARQUES; MENDES, 2005 apud TRISTÃO, 2011, p. 122).

Tristão (2011) considera que com as medidas de renda compensatória, a contrarreforma da previdência e com a abordagem mistificada atribuída a Seguridade Social, há uma adaptação das políticas sociais ao ideal neoliberal, assim “...onerando o trabalho e privilegiando o grande capital, ou seja, como nos coloca Netto (2001), Estado mínimo para o trabalho e Estado máximo para o capital.” (TRISTÃO, 2011, p. 125).

Dilma Rousseff assumiu a Presidência do Brasil em 2011 com o propósito de dar sequência ao projeto que o governo Lula havia iniciado (FAÉ; GOULART; ABDALA, 2016).

O ponto fundamental de sua agenda e, principalmente, a base para os principais projetos e programas de seu governo seria o estímulo ao crescimento; e, por isso, renovava a necessidade de estabilidade macroeconômica e de controle da inflação. O foco na capacidade de exportação evidenciou-se como meio de equilibrar a balança comercial, assim como o consequente estímulo à competitividade dos produtos, tanto no mercado interno como no externo. (FAÉ; GOULART; ABDALA, 2016, p. 13)

O governo Dilma buscou manter um intenso investimento na infraestrutura de transporte e o incremento do acesso à educação formal, principalmente, a educação técnica com o intuito da melhoria da mão-de-obra demandada pelo meio empresarial com objetivo de atingir a eficiência. Essas ações justificavam-se em função da necessidade de aumento da eficiência produtiva para que houvesse um aumento do crescimento econômico (RANDS, 2010; MERCADANTE, 2010 apud FAÉ; GOULART; ABDALA, 2016).

Os governos petistas levaram adiante as ideias que Bresser reconhecia como sendo seu grande fracasso. Uma dessas ideias era a reforma das universidades. O Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), estabeleceu um novo modelo de intervenção (Brasil, 2007 apud MISOCZKY; ABDALA; DAMBORIARENA, 2017), isso extingue a oportunidade de exercício da autonomia universitária, princípio presente no texto constitucional. Significa que as universidades estão sujeitas a um contrato de gestão

...que entrou de contrabando no bojo do Reuni - uma espécie de experimento que transformou as universidades federais em organizações administradas por um contrato por meio do qual o governo central estabelece metas e indicadores de desempenho (taxa de conclusão dos cursos de graduação e relação de alunos por professor, p. ex.) que, inclusive, determinam os termos da renovação do contrato (ANDRADE et al., 2011 apud MISOCZKY; ABDALA; DAMBORIARENA, 2017, p. 191)

Além disso, houve a destinação de recursos para instituições privadas através do FIES e do PROUNI, o fim de cargos ligados a atividades meio e por fim, a implantação da terceirização (MISOCZKY; ABDALA; DAMBORIARENA, 2017).

A partir das políticas implantadas pelo governo Lula e pelas que eram sinalizadas para o novo mandato da Presidenta Dilma Rousseff, entende-se que a “...orientação teórico-ideológica da estratégia nacional de desenvolvimento se fundamenta nas concepções de Bresser-Pereira e suas formulações sobre o novo desenvolvimentismo.” (FAÉ; GOULART; ABDALA, 2016, p. 16).



Misoczky, Abdala e Damboriarena (2017) entendem como sendo equivocado considerar a existência de governos pós-neoliberais, como é relatado por Sader (2013) que argumenta que “os governos do Lula e da Dilma podem ser caracterizados como pós-neoliberais, pelos elementos centrais de ruptura com o modelo neoliberal - de Collor, Itamar e FHC - e pelos elementos que têm em comum com outros governos da região.” (SADER, 2013, p. 138 apud MISOCZKY; ABDALA; DAMBORIARENA, 2017, p. 185).

Sader (2013 apud MISOCZKY; ABDALA; DAMBORIARENA, 2017) defende que ainda que “o modelo neoliberal siga dominante em escala mundial”,

os governos petistas seguiram na contramão das tendências mundiais, construindo políticas anticíclicas baseadas em três eixos: (1) priorização das políticas sociais, (2) priorização dos processos de integração regional, e (3) priorização do papel do Estado como indutor do crescimento econômico e da distribuição de renda. (MISOCZKY; ABDALA; DAMBORIARENA, 2017, p. 185)

Após o golpe de 2016, as políticas adotadas pelo governo que assumiu o poder estão fundamentadas “na cartilha neoliberal dos organismos multilaterais (FMI, BIRD, Banco Mundial, etc)” (JESUS; LOPES, 2017, p. 11 apud SILVA; BARBOSA, 2020, p. 340). O PMDB (atual MDB) elaborou um documento chamado “Uma Ponte para o Futuro” que foi visto como uma guinada pró-mercado. Nele fica evidente que os objetivos “...em linhas gerais, ampliar as condições de exploração dos trabalhadores, precarizar a oferta de serviços públicos, projetando a posterior privatização, e diminuir a intervenção estatal na economia.” (SILVA; BARBOSA, 2020, p. 337).

Com a ascensão dos governos Temer e Bolsonaro, o ciclo neoliberal voltou com força e velocidade impressionantes. Embora a agenda neoliberal venha sendo implementada de forma ainda mais acelerada desde 2016, a situação da economia não apresenta melhoras e “as medidas adotadas pelo executivo não têm proporcionado a melhora da situação econômica e ainda ampliam as dificuldades das classes desfavorecidas, que têm sido as mais penalizadas pela crise” (MACIEL; SILVA; SOUZA, 2018, p.1 apud SILVA; BARBOSA, 2020, p. 336)

Michel Temer implanta medidas drásticas quanto às políticas econômicas e sociais no Brasil. Dessa maneira, rompe com a continuidade de 12 anos de políticas neodesenvolvimentistas realizadas pelos governos Lula e Dilma, que buscavam “um projeto democrático e popular com crescimento econômico, distribuição de renda para o fortalecimento do mercado interno, reduzindo as desigualdades sociais e ampliando as oportunidades dos trabalhadores(as) participarem do mercado de trabalho” (RAMOS; FILHO; LOGUERCIO; FILHO, 2016, p. 24 apud COSTA; DOMICIANO, 2020, p. 9).

Nessa temática, o governo de Michel Temer implementou políticas seguindo o receituário neoliberal, quando aprovou a Emenda Constitucional n.º 95, de 15 de dezembro de 2016, que limitou os gastos do Estado, implantou a reforma trabalhista onde foi extintos vários direitos e ainda houve a tentativa de uma reforma da Previdência, que não foi votada em seu governo (SILVA; BARBOSA, 2020).

Outros retrocessos foram propostos para pautas fundamentais como a educação pública, vítima de cortes orçamentários, sucateamento e ataques que visam deslegitimar o sistema de Institutos Federais de Ensino Superior... (SEFAIR; CUTRIM, 2019, p. 33)

Nas eleições de 2018, houve a vitória de um governo que sustenta abertamente o neoliberalismo, também defendendo as privatizações, as medidas de austeridade, além de uma “agenda moral conservadora, que segue a tendência da direita em todo o mundo” (SILVA; BARBOSA, 2020, p. 337).

Essas medidas neoliberais nos trazem a um cenário de austeridade. A revista Carta Capital (2017) coloca que

No neoliberalismo, a austeridade é usada para aumentar a injustiça no uso dos recursos, aumentar a concentração da renda nacional e prejudicar seu crescimento e da geração de empregos. Ou seja, a austeridade do Estado que é pregada pelos neoliberais pode prejudicar o orçamento familiar, sobretudo dos trabalhadores e das famílias economicamente mais vulneráveis. (CARTA CAPITAL, 2017, p. 1)

Os resultados da implantação de políticas neoliberais e de austeridade são o aprofundamento ainda maior da crise econômica. Não somente nessa área, mas também, nos programas sociais direcionados à população mais vulnerável, já que o modelo neoliberal sustenta que a destinação de recursos públicos para essa área seja minimizada ou extinta (SILVA; BARBOSA, 2020).

A aplicação de medidas de austeridade, como o corte dos direitos fornecidos à população pelo Estado, chamado eufemisticamente de “contenção de gastos”, evidencia que o governo tem “os olhos, ouvidos e pensamentos voltados para o virtuoso mercado”. (JESUS; LOPES, 2017, p. 11 apud SILVA; BARBOSA, 2020, p. 341)

Ainda que não haja evidências que de a economia apresente progresso com a implantação de medidas de austeridade (BLYTH, 2017 apud SILVA; BARBOSA, 2020), os neoliberais continuam a defendê-la e prescrevendo-a, mesmo que tenha “...piora as condições financeiras das nações que seguem à risca o receituário.” (SILVA; BARBOSA, 2020, p. 341).

Enquanto projeto de classe, o neoliberalismo se renova para garantir a estratégia de acumulação através da busca constante pela completa subordinação da reprodução social ao mercado. Isso se expressa enquanto tática na AP por meio das reformas marcadas do aparelho de Estado, um processo por múltiplas possibilidades irradiadas a partir do gerencialismo, objetivando a abertura de novas frentes para acumulação de capital dentro e fora da máquina de Estado, seja por meio de transformações internas ou de relações com organizações privadas. O gerencialismo é, portanto, a matriz teórico-ideológica que oferece o suporte operacional para o avanço do projeto neoliberal. (MISOCZKY; ABDALA; DAMBORIARENA, 2017, p. 192)

A ideia gerencialista pode ser constatada na sociedade contemporânea através das ações neoliberais e também pela retórica sobre flexibilidade, que é propagada em diversas instituições (XIMENES, 2015). Pode-se dizer que essa ideologia está posta na situação atual do capitalismo e caracterizada dentro do viés contemporâneo neoliberal (GAULEJAC, 2007 apud XIMENES, 2015). “A ideologia gerencialista revela-se na evolução do sistema capitalista, na qual a chamada sociedade de gestão, citada por Gaulejac (2007), se insere.” (XIMENES, 2015, p. 47).

### 3 O GERENCIALISMO E A AUSTERIDADE

O modelo de gestão gerencialista busca “canalizar as necessidades dos clientes” sobre os produtos da empresa e de transformar os trabalhadores em agentes sociais de desempenho (GAUJELAC, 2007, p. 50 apud XIMENES, 2015, p. 11).

Misoczky (2014) entende que

O gerencialismo representa uma trajetória particular do conhecimento e administração. De acordo com Murphy (2008, p. 154), o objetivo do gerencialismo é “despolitizar a tomada de decisão coletiva através da desconstrução dos temas da vida cotidiana e organizacional, transformando-os em uma série de problemas discretos que podem ser resolvidos pela aplicação da perícia técnica”. Dar (2008, p. 95) considera que o gerencialismo é uma “ideologia de controle, progresso e ordem, que tem sido absorvida pelas ideias dominantes”. (MISOCZKY, 2014, p. 35)

Wood Junior, (1995 apud CARNUT; MENDES, 2018b) pondera que à medida que o Estado é visto como uma “forma derivada da sociabilidade capitalista” (CARNUT; MENDES, 2018b, p. 1114), a administração pública vai seguindo a lógica do capitalismo contemporâneo. Dessa maneira, há a imposição da racionalização e eficiência no serviço público, buscando a aplicação de técnicas de gestão do setor privado, tudo isso, ficou conhecido como gerencialismo (CARNUT; MENDES, 2018a). Essa temática vem sendo amplamente discutida na gestão pública, porém através de uma perspectiva liberal-corporativa (CARNUT; MENDES, 2018b).

O debate sobre a reforma do aparelho do Estado surge no contexto internacional na Europa e nos Estados Unidos e está relacionado com o gerencialismo, uma ideologia que se desenvolveu durante os governos de Margareth Thatcher e de Ronald Reagan, no Reino Unido, “...tratava-se de responder ao avanço de outros países no mercado internacional.” (DE PAULA, 2005, p. 37). Já nos Estados Unidos

...se desenvolvia o culto à excelência (Du Gay, 1991), que captou a essência do American dream, uma vez que alimentou o ufanismo da era Reagan ao fixar no imaginário social fantasias de oportunidade de progresso e crescimento baseados na iniciativa individual. Nesse país, o ideário gerencialista se consolidou como referência no campo da gestão pública uma década mais tarde, com o livro de Osborne e Gaebler intitulado Reinventando o governo, de 1992. (DE PAULA, 2005, p. 37)

Bresser-Pereira (1998) ainda ressalta que tanto no Governo Thatcher, em 1979, quanto no de Reagan, em 1980, o enfoque gerencialista surgiu com grande força, em uma orientação fortemente conservadora, porém somente no Reino Unido o gerencialismo foi implantado rapidamente no setor público após a posse do novo Governo. Em ambos governos, a concepção

gerencialista na atividade pública é fundamentada na cultura do empreendedorismo (HARVEY, 1992 apud DE PAULA, 2005).

No Brasil, o modelo gerencialista surgiu com intensidade nos anos 90 quando, em 1995, com o governo Fernando Henrique, Bresser-Pereira promoveu um debate sobre a reforma gerencial do Estado e o desenvolvimento da administração pública gerencial (DE PAULA, 2005). No entanto, essa ideologia não é novidade. Ela começou a ser desenhada nos anos 30, quando da primeira reforma administrativa e também estava presente na segunda reforma que ocorreu em 1967 (BRESSER-PEREIRA, 1996).

Bresser-Pereira, ao ser nomeado Ministro da Administração e Reforma do Estado (MARE), demonstrou grande interesse por questões gerencialistas que já haviam sido realizadas em outros países (DE PAULA, 2005).

Nesse contexto, a administração pública gerencial, também conhecida como nova administração pública, emergiu como o modelo ideal para o gerenciamento do Estado reformado pela sua adequação ao diagnóstico da crise do Estado realizado pela aliança socialliberal e por seu alinhamento em relação às recomendações do Consenso de Washington para os países latino-americanos. (DE PAULA, 2005, p. 38)

A administração pública gerencial, conforme aponta Bresser-Pereira (1998), é uma resposta à crise do Estado. Esse modelo seria uma forma de enfrentar a crise fiscal, reduzir custos e tornar a administração pública mais eficiente e assim, proteger o patrimônio público.

O modelo gerencialista de gestão tem sido implantado na Administração Pública como solução para a melhora da qualidade dos serviços prestados e melhor gerenciamento das contas. Isso ocorre com a justificativa de que o Estado burocrático não tem capacidade de atender as necessidades democráticas atuais. Essa perspectiva gerencialista veio com um viés de solução à crise econômica do Estado (MISOCZKY, 2014). A justificativa para a implantação desse modelo, conforme aponta Bresser-Pereira (1996) é a de "...facilitar para que a economia nacional se torne internacionalmente competitiva." (BRESSER-PEREIRA, 1996, p. 1). Além disso, destaca que a Administração pública é morosa e pouco orientada para o atendimento das necessidades dos cidadãos.

A implantação do gerencialismo no setor público, de acordo com De Paula (2005), se faz sob a tese da eficiência de suas propostas, porém, no setor privado, essa eficiência defendida vem sendo questionada.

Misoczky (2001) esclarece que essa é uma falsa ideia de que a burocracia pública não tem capacidade de gerenciar eficientemente o sistema público e em função disso deveria repassar a execução dos serviços à organizações privadas com fins lucrativos.

Tendo as ferramentas e concepções da administração do setor privado aplicadas no público, há a tendência de desconsiderar as ideias, modelos e práticas administrativas que respondam às necessidades e demandas do setor público (DE PAULA, 2005).

Como identificado por Marcelino (1988), é típica dos países latino-americanos a prática de buscar resolver um problema público extraindo, mecanicamente, soluções gerenciais com origem no setor privado. Nesse sentido, a adoção de um índice de avaliação de desempenho no âmbito da saúde como ferramenta gerencial promove mais injustiças, na medida em que são divulgados resultados na forma de números-síntese que quase nada expressam a complexidade dos sistemas de saúde. (CARNUT; MENDES, 2018b)

Além da saúde, o movimento gerencialista também se encarrega de adentrar a área da educação superior, introduzindo “...a racionalidade gerencial capitalista e privada, reduzindo a esfera pública, além de modificar a natureza das instituições universitárias, que passam a responder primordialmente às demandas do mercado.” (SILVA JR.; SGUISSARDI, 2000, p. 49 apud XIMENES, 2015, p. 13).

Esse tipo de gestão se mostra como uma ideologia dominante que acaba transformando as atividades humanas em indicadores de desempenho e em custos ou benefícios (GAULEJAC, 2007, p. 36 apud XIMENES, 2015).

Essa característica do gerencialismo pode ser observada no atual contexto das universidades, tanto as públicas, nos seus critérios de avaliação, promotores de índices de produtividade entre os docentes e seus programas de pesquisa (CHRISPINIANO, 2006), quanto nas universidades da esfera privada, orientadas por um ambiente de competição empresarial que precariza o trabalho docente (MANCEBO, 2010). (XIMENES, 2015, p. 43)

Dentro do enfoque de mensuração, há destaque para o aspecto da “quantofrenia”, ou seja, a doença da medida, onde tudo que não pode ser medido deve ser desconsiderado. A isso se atribui os registros afetivos ou subjetivos. Dessa forma, somente pode ser confiável se for traduzido em números (GAULEJAC, 2007, p. 67 apud XIMENES, 2015). Chrispiniano (2006 apud XIMENES, 2015) coloca que essa característica, está “...presente inclusive no contexto das políticas de avaliação do sistema de ensino superior, no qual tudo se torna quantificado” (CHRISPINIANO, 2006 apud XIMENES, 2015, p. 44).

É perceptível que dentro da perspectiva gerencialista o desempenho ficou limitado somente à produtividade e ao volume de trabalho desempenhado (CARNUT; MENDES, 2018b).

Examinando essas críticas, notamos que a administração pública gerencial partilha do esquematismo gerencialista, que dificulta o tratamento da relação entre os aspectos

técnicos e políticos da gestão. Por outro lado, a primazia das dimensões econômico-financeira e institucional-administrativa da gestão coloca em jogo seu grau de inovação e de comprometimento com a participação cidadã. Por ser demasiado rígido para capacitar o Estado na expansão dos meios de interlocução com a sociedade e por enfatizar predominantemente a eficiência administrativa, esse modelo de gestão não vem se mostrando apto para lidar com a complexidade da vida política. (DE PAULA, 2005)

A administração pública gerencial, normalmente, é reconhecida por ter ideias neoliberais, pois as ferramentas de gestão são aplicadas, via de regra, concomitantemente à implantação de programas de ajustes estruturais que tem por objetivo o enfrentamento da crise fiscal do Estado (BRESSER-PEREIRA, 1998). É possível observar também

...que a identificação de ajuste fiscal com conservadorismo ou neoliberalismo pode ter uma explicação histórica, mas não tem explicação lógica. O neoliberalismo surgiu de uma reação contra a crise fiscal do Estado e por isto passou a se identificar com cortes nos gastos e com o projeto de reduzir o “tamanho” do Estado. Logo, porém, tornou-se claro para as administrações social-democratas que o ajuste fiscal não era proposta de cunho ideológico, mas condição necessária para qualquer governo forte e efetivo. (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 32)

O projeto político gerencialista coloca em pauta a eficiência administrativa e se fundamenta em ajustes estruturais baseados em sugestões orientadas por organismos multilaterais e por um movimento gerencial (DE PAULA, 2005).

No período em que Bresser-Pereira implantou o modelo gerencial na administração pública, os ajustes fiscais ocorreram por meio da exoneração de servidores por considerarem que havia excesso de quadros (em âmbito estadual e municipal) e por meio da alteração do sistema de aposentadorias. Assim, aumentando o tempo de serviço necessário e a idade mínima para aposentadoria, ainda sendo imposto um período mínimo de exercício no serviço público e transformando o valor de aposentadoria proporcional ao valor contribuído (BRESSER-PEREIRA, 1996).

Recentemente, em 3 de setembro de 2020, foi encaminhada ao Congresso Nacional, pelo governo, uma proposta de Emenda Constitucional (PEC) para a realização de uma reforma administrativa. Em matéria divulgada na revista Carta Capital, o jornalista Drummond (2020) destaca que essa PEC também pode ser chamada de “ajuste fiscal, o retorno”. Justifica isso, pois entende que a PEC

...visa quase que exclusivamente reduzir gastos correntes por meio da quebra da estabilidade funcional para fins de demissão, um expediente para rebaixar as remunerações dos atuais servidores e os salários das novas contratações, motivo de alguns a considerarem apenas, ou principalmente, um novo capítulo da política de austeridade fiscal permanente de Paulo Guedes. (DRUMMOND, 2020, p.1)

Além disso, na matéria divulgada pela Carta Capital, José Celso Cardoso Júnior, do IPEA, considera essa reforma um “choquezinho” de gestão gerencialista liberal dos anos 90, que não irá promover a melhora da interação entre Estado e sociedade, muito menos ampliar a cobertura de políticas sociais. Bem pelo contrário, irá aumentar a desigualdade. Essa reforma deixa o servidor mais inseguro e vulnerável com o fim da estabilidade, além de retirar o Estado das políticas públicas (DRUMMOND, 2020, p.1).



#### 4 AUSTERIDADE NO MUNDO

Alesina e Ardagna (2010 apud DWECK et al., 2018), realizaram um estudo onde analisaram 21 países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e identificaram que em 107 episódios da história econômica as medidas de ajuste fiscal foram aplicadas. Esse trabalho teve grande repercussão na Europa e nos EUA, pois os autores sustentavam que ações de austeridade fiscal tomadas eram uma alternativa para que os países saíssem da recessão que a crise econômica mundial de 2008 gerou. Do total de países analisados, 26 momentos demonstraram um crescimento econômico nos anos posteriores aos ajustes, assim defendendo a austeridade fiscal como saída. A figura 2 demonstra os 26 episódios onde os países obtiveram crescimento econômico.

Figura 2 – Casos de contração fiscal expansionista de Alesina e Ardagna (2010).

País	Ano	Crescimento Real do PIB no ano do Ajuste (T)	Crescimento Real do PIB em T-1	Média de Crescimento real de T-3 a T-1 (A)	Média de Crescimento real de T a T+2 (B)	Média de crescimento real (B - A)	Cortou o gasto na desaceleração? (Cresc. T-1 < A)	A média de crescimento é maior no pós-ajuste do que antes?
Espanha	1986	3,3	2,3	2,0	4,6	2,7	Não	Sim
Espanha	1987	5,5	3,3	2,5	5,1	2,7	Não	Sim
Finlândia	1973*	7,0	7,7	5,1	4,0	-1,1	Não	Não
Finlândia	1996	3,7	3,9	2,2	5,0	2,8	Não	Sim
Finlândia	1998	5,2	6,2	4,6	4,7	0,1	Não	Sim
Finlândia	2000	5,1	3,9	5,1	3,1	-2,0	Sim	Não
Grécia	1976	6,9	6,4	2,7	5,7	3,0	Não	Sim
Grécia	2005	2,2	4,6	4,6	3,7	-0,9	Sim	Não
Grécia	2006	4,5	2,2	4,2	3,7	-0,6	Sim	Não
Irlanda	1976	1,4	5,7	4,9	5,6	0,7	Não	Sim
Irlanda	1987	4,7	-0,4	2,4	5,2	2,9	Sim	Sim
Irlanda	1988	5,2	4,7	2,5	6,5	4,0	Não	Sim
Irlanda	1989	5,8	5,2	3,2	5,4	2,2	Não	Sim
Irlanda	2000	9,4	10,7	10,2	7,2	-3,0	Não	Não
Holanda	1996	3,4	3,1	2,5	3,9	1,4	Não	Sim
Noruega	1979	4,4	3,9	4,6	3,5	-1,1	Sim	Não
Noruega	1980	4,5	4,4	4,1	2,0	-2,1	Não	Não
Noruega	1983	3,9	0,1	2,0	5,1	3,0	Sim	Sim
Noruega	1996	5,1	4,2	4,0	4,4	0,4	Não	Sim
Nova Zelândia	1993**	6,4	1,1	0,1	5,3	5,2	Não	Sim
Nova Zelândia	1994	5,3	6,4	2,1	4,3	2,3	Não	Sim
Nova Zelândia	2000	2,4	5,3	2,5	3,6	1,1	Não	Sim
Portugal	1986	4,1	2,8	0,2	6,0	5,8	Não	Sim
Portugal	1988	7,5	6,4	4,4	6,0	1,5	Não	Sim
Portugal	1995	4,3	1,0	0,0	4,0	4,0	Não	Sim
Suécia	2004	4,1	1,9	1,8	3,9	2,1	Não	Sim

Fonte: Alesina e Ardagna (2010 apud DWECK et al. 2018, p. 4).

No entanto, há autores que questionam os resultados apresentados acima e a tese quanto à defesa da austeridade em momentos de recessão para e retomada do crescimento econômico. Para demonstrar a interpretação equivocada de Alesina e Ardagna (2010), são considerados que dos 26 momentos apresentados, apenas 6 deles as medidas de ajustes foram implantadas em episódios de desaceleração econômica, são os casos da Finlândia em 2000, Grécia em 2005 e 2006, Irlanda em 1987 e Noruega em 1979 e 1983. O que demonstra que na maioria dos episódios, o corte de gastos não ocorreu quando os países estavam em recessão ou em baixo crescimento econômico (JAYADEV; KONCZAL, 2010 apud DWECK et al., 2018).

Jayadev e Konczal (2010) enfraquecem ainda mais o argumento de Alesina e Ardagna (2009) quando analisou que em 4 episódios (Finlândia em 2000; Grécia em 2005 e 2006; Noruega em 1979) o crescimento econômico desses países posterior ao ajuste fiscal foi menor do que o do período anterior a austeridade. (CONCEIÇÃO; ÁVILA, 2020, p. 6)

Na análise do quadro 1 ainda é possível afirmar que apenas em duas situações, Noruega em 1983 e Irlanda em 1987, as medidas de ajuste fiscal aconteceram em momentos de desaceleração econômica e esteve em linha com um crescimento econômico superior após o ajuste. Somente na Irlanda em 1987, a dívida pública não teve incremento após as medidas de ajuste fiscal. Assim, "...o argumento de que o ajuste na desaceleração econômica leva a um crescimento posterior maior e a uma redução da dívida pública vale apenas para 1 dos 107 casos históricos analisados por Alesina e Ardagna (2010)." (DWECK et al., 2018, p. 5).

Alguns estudiosos analisaram a tese de que a redução de gastos públicos originaria um crescimento econômico através de melhoria. Foi encontrado na Dinamarca e na Irlanda os casos onde o discurso da política de austeridade fiscal poderia funcionar. A análise foi a de que após uma contração das despesas públicas e aumento da tributação, a Dinamarca evoluiu por quatro anos seguidos 3,6% ao ano e a Irlanda, 3,7% no período de ajuste fiscal que ocorreu entre 1987 e 1989 (GIAVAZZI; PAGANO, 1990 apud CONCEIÇÃO; ÁVILA, 2020).

Em ambas situações, a política de austeridade foi realizada junto de "...mudanças significativas na política monetária, na política cambial e nas condições econômicas internacionais, o que torna difícil isolar o efeito da política fiscal sobre a economia." (DWECK et al., 2018, p. 3). Esses fatores foram os que mais colaboraram para que ocorresse um crescimento econômico da Dinamarca e da Irlanda, do que o próprio ajuste fiscal. As estratégias de austeridade não incrementaram a confiança dos empresários e das famílias, assim, contrariando a tese dos defensores dessa política. Além disso, também ocorreu uma queda do crescimento econômico em seguida após a austeridade, porém o retorno do crescimento não estava atrelado às medidas

austeras adotadas, conforme destacam Jayadev e Konczal (2010) e Blyth (2013 apud CONCEIÇÃO; ÁVILA, 2020). É possível dizer que, de acordo com Krugman (2015 apud CONCEIÇÃO; ÁVILA, 2020), os países europeus que mais aplicaram política de austeridade foram os que menos cresceram.

Diante dos cenários apresentados, é evidente que a “...austeridade contribuiu para a queda da taxa de crescimento econômico em relação àquela que vigorava antes dela.” (DWECK et al., 2018, p. 5).

Em matéria veiculada por Stiglitz (2017) no *The Guardian*, é mencionado que tanto no governo de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, quanto no de Margareth Thatcher, no Reino Unido houveram algumas alterações das regras básicas do capitalismo. Ambos governos modificaram regras nas negociações trabalhistas, o que enfraqueceu os sindicatos. Além disso, afrouxaram o combate aos cartéis, fomentando a formação de mais monopólios. Com isso os preços aumentam e o poder de compra caiu, pois o mercado fica concentrado em apenas duas ou três empresas. Todas as ideias de austeridade, que acabaram desacelerando a economia, foram chamadas de neoliberalismo. Elas fomentaram a crise de 2008, tendo um aumento da desigualdade e da dependência do capital financeiro. Considera-se que essas ideias neoliberais de austeridade estiveram equivocadas por muito tempo. Desde a crise, na Europa e no Reino Unido, grande parte dos governos se direcionaram para as políticas de austeridade, justificando que era necessário saldar dívidas acumuladas em razão da crise. O que se pode concluir é que o impacto da austeridade teve um resultado oposto daquele que é defendido. A austeridade afetou muito as economias europeias, inclusive a do Reino Unido, ameaçando o crescimento econômico futuro. Tendo o neoliberalismo desacreditado e o fracasso da austeridade, é preciso que as economias impactadas pelos resultados negativos de crescimento, reescrevam as regras de econômica novamente com o objetivo de crescimento econômico de longo-prazo.

...com evidências históricas de que a austeridade fiscal, ao ser implementada logo após um período de grande estímulo fiscal (como foi durante a crise de 2008, por exemplo), pode comprometer o crescimento e piorar a situação econômica, uma vez que a austeridade reduz o PIB e aumenta as taxas de desemprego no curto prazo. Contrações fiscais são, portanto, contracionistas. (DWECK et al., 2018, p. 6)

As situações apresentadas só reforçam que os cortes de gastos têm resultados opostos daqueles defendidos, de acordo com cada país e que os o resultado positivo de alguns momentos históricos, necessariamente, não se repetirá futuramente em outros episódios econômicos. Além disso, situações de ajuste fiscal onde houve crescimento econômico posterior, estão mais conectados ao incremento das exportações e não ao aumento da confiabilidade por parte das

empresas e famílias, o que traria um aumento de consumo e investimento, conforme teorizado por aqueles que defendem o ajuste (PEROTTI, 2013 apud DWECK et al., 2018).

#### 4.1 Austeridade no Brasil

A economia brasileira, historicamente, teve uma postura bem participativa do Estado como condutor ou promotor do crescimento e formatação produtiva. Com alterações na orientação política econômica, justificando que não haveria alternativa que não fosse a redução da participação do Estado, os resultados decorrentes disso foram a diminuição das taxas de crescimento, o desempenho industrial fraco e mudanças negativas no perfil de inserção internacional. Trazendo um olhar crítico para a situação brasileira, percebe-se um forte viés para a ideia de desmonte da estrutura estatal desde os anos 90, com base em desregulamentação, privatização, abertura econômica e a austeridade fiscal, que pode ser tido como:

Uma forma de deflação voluntária em que a economia se ajusta através da redução de salários, preços e despesa pública para restabelecer a competitividade, que (supostamente) se consegue melhor cortando o orçamento do Estado, as dívidas e os déficits. Fazê-lo, acham os seus defensores, inspirará a “confiança empresarial” uma vez que o governo não estará “esvaziando” o mercado de investimento ao sugar todo o capital disponível através da emissão de dívida, nem aumentando a já “demasiado grande” dívida da nação. (BLYTH, 2017, p. 22 apud LEITE; SCHMIDT FILHO, 2019, p. 174)

Durante o primeiro mandato do governo Dilma ocorreu uma desaceleração do crescimento econômico. A economia brasileira passou da desaceleração para uma recessão a partir do primeiro ano do segundo mandato. Isso acentuou as discussões da função da política fiscal sobre o ritmo de atividade (DWECK; TEIXEIRA, 2017).

A maneira como foi direcionada a política macroeconômica no primeiro governo Dilma Rousseff é considerada pelos economistas como o início da crise enfrentada pelo Brasil. Essa política, procurou

...soluções para os problemas estruturais herdados pelo modelo de crescimento dos governos Lula e, para isso, estabeleceu-se uma agenda industrialista que buscava estimular o setor privado com base em um amplo conjunto de políticas voltadas para oferta. (ROSSI; MELLO, 2017, p. 1)

Por volta de 2014, as contas públicas apresentaram propensão a deterioração que foram impactadas pela queda das receitas originadas pela desaceleração econômica e pela elevação dos gastos com juros nominais. Com o propósito de reverter a situação, foi promovida uma

contração fiscal promovendo a redução do ritmo de crescimento dos gastos de 12,8% em 2014 para 2,1% em 2015. Já no segundo mandato, temos o início um plano de austeridade que acaba sendo o grande propulsor da crise, na visão de alguns especialistas. Esse mandato foi embasado, fundamentalmente, em políticas direcionadas “...para a contração da demanda doméstica e para o “ajuste” dos preços estratégicos visando manter o grau de investimento, aqui caracterizada como “austeridade”.” (ROSSI; MELLO, 2017, p.1).

Em 2015, com a desaceleração econômica, o governo Dilma decidiu adotar uma política de austeridade que trouxe um impacto recessivo na economia. Podemos dizer que a política de austeridade se inicia com uma crise no segundo mandato desse governo. Dweck et al. (2018) entendem que o segundo mandato de Dilma foi quando o Brasil teve uma guinada para a austeridade. Essa virada foi marcada com o início de ajustes fiscais e monetários com a perspectiva de que empresários resgassem a confiança no país e assim voltassem a investir.

Ao longo de 2015, foi rompida a “convenção do crescimento”, e foram adotadas medidas restritivas em todas as áreas, principalmente, na área fiscal, quando foi realizado um dos maiores ajustes fiscais da história recente, maior inclusive que os de 1999 e 2003. (DWECK; TEIXEIRA, 2017, p. 2)

Leite e Schmidt Filho (2019) destacam que no primeiro ano do segundo governo Dilma a política econômica passou a ter uma natureza mais contracionista, com o ajuste fiscal e corte de gastos, porém foi com a aprovação da Emenda Constitucional 95, em 2016, que a austeridade foi “institucionalizada”.

No decorrer deste governo, assim como foi no governo Lula, houve a proteção de alguns setores diante dos contingenciamentos. Áreas como da saúde, educação, desenvolvimento social, ciência e tecnologia e os investimentos prioritários que constavam no PAC tiveram um tratamento distinto nos momentos de aplicação do artigo 9º da LRF. No governo Dilma houve a manutenção ou até o incremento de programas sociais, como o Programa Brasil sem Miséria e Brasil Carinhoso. Além disso, ocorreu a conservação da política de valorização do salário mínimo, obviamente, isso ocorreu em uma velocidade menor que a do segundo mandato do governo Lula, mas, de qualquer forma, representativo em função da desaceleração ocorrida entre 2011 e 2014 (DWECK; TEIXEIRA, 2017).

Considerando um pano de fundo histórico

...entre 2004 e 2010 o consumo das famílias cresceu em média 5,3% ao ano. Já no primeiro governo Dilma, essa variável cresce em média 3,5%, mas em claro movimento de desaceleração. No primeiro trimestre de 2015 há uma quebra estrutural no comportamento do consumo das famílias, encerrando um longo ciclo de crescimento

no qual essa variável e o mercado interno assumiram um papel de destaque. A desaceleração de 2014 não explica a quebra estrutural observada nessa série. Tampouco parece razoável atribuir essa quebra aos efeitos desfasados de políticas anteriores. Há claramente fatores exógenos ao ciclo econômico que ajudam a explicar essa quebra estrutural; nesse caso, o fator explicativo é a austeridade. Dessa forma, a austeridade fiscal foi causa e não solução da crise e constitui um entrave que dificulta a retomada consistente do crescimento brasileiro. (BASTOS; WELLE; OLIVEIRA, 2017 apud DWECK et al., 2018, p. 8)

Conceição e Ávila (2020), destacam que o estudo de Neri (2018) identifica a desigualdade no Brasil no cenário de austeridade fiscal. Os dados demonstram que quem mais perdeu foram os jovens em razão do aumento do desemprego; os pretos e pardos; os trabalhadores sem instrução; e também, as regiões consideradas como as mais pobres do Brasil, como o norte e nordeste.

Entendido por Rossi e Mello (2017) como a maior crise da história brasileira, eles mencionam que essa crise ocorre em dois momentos: o primeiro quando a austeridade funciona como a abertura para o golpe de 2016 para enfraquecer a base do governo Dilma; e o segundo quando há um conjunto de políticas que tem por objetivo desmanchar as ferramentas que suportam o Estado que promovem o crescimento e políticas sociais.

Ainda que muitos esforços fossem direcionados para que os gastos fossem reduzidos, em 2015, as receitas caíram 6% e o gasto primário federal atingiu 2,9%, o que acabou gerando um déficit. Além disso, Rossi e Mello (2017) esclarecem alguns pontos que contribuíram para essa política de austeridade e criou um cenário conveniente para que ocorresse o golpe político, como a redução de 41,4% em investimentos públicos, queda de 5,3% com o gasto com custeio, reajuste da taxa básica de juros até 14,25% pelo Bacen, aumento do desemprego de 6,4% em Dezembro de 2015 para 12% no ano seguinte, exclusão de incentivos fiscais e também a diminuição do crédito subsidiado.

O cenário de desmanche econômico e social foi decisivo para que ocorresse o golpe em 2016 com a justificativa de que, caso Michel Temer assumisse a Presidência, os investidores retomariam a confiança no país. Dentro dessa perspectiva, chegamos no segundo momento que Rossi e Mello (2017) denominam como: o desmonte. Os autores colocam que Michel Temer assumiu para atender interesses de um projeto econômico neoliberal.

A ideologia liberal acabou se tornando atuante, no segundo mandato de Dilma Rousseff, no entendimento dos fatos e nas deliberações sobre a política econômica no Brasil. A partir de então, observou-se que ocorreram várias reformas estruturais como teto de gastos, reforma trabalhista, previdenciária e o corte de gastos. Essas medidas, implantadas no governo de Michel Temer, eram consideradas suficientes para a retomada do crescimento econômico, geração de

empregos, aumento da confiança no governo, redução de juros e da inflação, estabilização do endividamento público (CONCEIÇÃO; ÁVILA, 2020).

A primeira grande reforma, que traz consigo o DNA orientador do novo projeto de país, é a do regime fiscal, da PEC 55, que prevê a limitação constitucional dos gastos públicos por vinte anos, fato internacionalmente inédito. Em sua essência, a PEC 55 impossibilita ao Estado o cumprimento das obrigações vigentes na Constituição Federal de 1988. (ROSSI; MELLO, 2017, p. 1)

O Projeto de Emenda Constitucional 55 virou a Emenda Constitucional 95/2016 (EC 95) aprovada pelo Congresso Nacional. Nesse sentido, Rossi e Mello (2017) colocam que ela institui a redução do papel e do tamanho do Estado, o que limita a manutenção dos serviços públicos e também da proteção social. Dessa forma temos “...o fim do Estado garantidor de direitos...” (ROSSI; MELLO, 2017, p. 1).

O governo Temer promoveu uma mudança na estratégia formada por uma mistura de um “keynesianismo fisiológico”, onde há o incremento de gastos direcionados às demandas políticas, com uma agenda liberal, quando ocorre o desmonte do Estado, e a aprovação da Emenda Constitucional 95 (EC 95), que traz uma austeridade permanente (MELLO; ROSSI; OLIVEIRA; WELLE, 2019).

#### 4.1.1 A oficialização da austeridade de longo prazo na EC 95

A EC 95, para Dweck et al. (2018), é a constitucionalização da austeridade no Brasil. Conhecida como “teto de gastos”, ela criou normas por um período de 20 anos, a partir de 2017, para as despesas primárias do Governo Federal. Isso significa que as despesas primárias ficam restritas a um teto que foi estabelecido pelo valor máximo do ano anterior, corrigido através da inflação acumulada em 12 meses, por meio do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) (DWECK et al., 2018).

As despesas primárias podem ser consideradas:

...gastos realizados pelo governo para prover bens e serviços públicos à população, tais como saúde, educação, construção de rodovias, além de gastos necessários para a manutenção da estrutura do Estado (manutenção da máquina pública). (ENAP, 2017, p. 15)

Essa emenda não congela os gastos, mas, sim, impõe um limite decrescente em termos do PIB, além disso, em relação ao que se gasta atualmente por cidadão. A explicação dada pelos autores é que os gastos primários irão crescer zero, já o PIB irá crescer, assim como a população.

Dessa forma, a despesa vai reduzir em relação ao PIB e vai cair per capita, “...inviabilizando melhoras nos serviços públicos e diminuindo o impacto redistributivo da política fiscal (DWECK; OLIVEIRA; ROSSI, 2018, p. 25).

Essa emenda restringiu o aumento das despesas primárias do Governo Federal a partir do ano de 2017. O fato de esse novo regime fiscal ter ocorrido através de emenda constitucional ocorre, justamente, para desvincular as receitas destinadas à saúde e à educação. Caso o objetivo não fosse a desvinculação da receita, esse novo regime não necessitaria ter tramitação através de uma emenda constitucional, esclarecem Dweck et al. (2018). Eles ainda explicam que o financiamento público da saúde e da educação é essencial para a redução da desigualdade no Brasil. Com a implantação da EC 95 há uma tendência ao comprometimento da política fiscal o que leva, também, ao agravamento da desigualdade social.

...a EC 95 propõe uma drástica redução da participação do Estado na economia que é representativa de outro projeto de país, outro pacto social, que reduz substancialmente os recursos públicos para garantia dos direitos sociais, como saúde, educação, previdência e assistência social, abrindo espaço para o setor privado. (DWECK et al., 2018, p. 14)

Sobre austeridade econômica podemos considerar como “...uma política de ajuste da economia fundada na redução dos gastos públicos e do papel do Estado em suas funções de indutor do crescimento econômico e promotor do bem-estar social.” (DWECK et al., 2018, p. 1).

A política de austeridade que vem sendo imposta promove uma redução da taxa de crescimento econômico, redução do PIB, além de aumentar a taxa de desemprego. Essas são algumas das consequências apontadas por Dweck et al. (2018). Eles afirmam que “...a austeridade é uma ideia perigosa cujos efeitos sobre o emprego, o bem-estar e a distribuição da renda são extremamente perversos.” (ROSSI; MELLO, 2017, p. 1).

Tudo que o país progrediu nos últimos 20 anos, com a austeridade econômica, teremos 20 anos de retrocesso, concluem Dweck et al. (2018).

No longo prazo, o objetivo foi implementar uma agenda de austeridade permanente, através da aprovação da Emenda Constitucional 95 (EC 95), que constitucionalizou um limite nulo para o crescimento real dos gastos públicos, o que implicará uma redução do gasto público em proporção do PIB. (MELLO; ROSSI; OLIVEIRA; WELLE, 2019, p. 131)

A implantação desse novo regime fiscal instituiu uma austeridade permanente, pois a EC 95 modificou substantivamente a política fiscal no Brasil com implicações negativas. É



nítido que essa Emenda Constitucional é um projeto de Estado mínimo no Brasil, contrário à garantia de direitos sociais e com a Constituição Federal de 1988 (DWECK; OLIVEIRA; ROSSI, 2018).

## **5 OBJETIVOS**

### **5.1 Objetivo Geral**

Para o desenvolvimento dessa pesquisa tem-se como objetivo geral: Analisar os efeitos da política de austeridade fiscal, impetrada a partir de 2014, para manutenção das atividades da Faculdade de Farmácia da UFRGS com base na análise do histórico de repasse de recursos do Tesouro.

### **5.2. Objetivos Específicos**

Para atingir o objetivo geral proposto, foram traçadas algumas diretrizes como objetivos específicos para a condução deste trabalho:

- Demonstrar graficamente a evolução dos repasses.
- Apresentar os dados financeiros antes e depois da política de austeridade
- Deduzir se houve impactos e quais foram eles.

## **6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Este estudo adotou uma abordagem qualitativa. Com base nos objetivos da pesquisa, foi classificada como uma pesquisa descritiva com coleta de dados a partir da análise documental de informações provenientes de relatórios coletados diretamente do setor Financeiro e Patrimonial da Faculdade de Farmácia da UFRGS. No que se refere a classificação com base nos procedimentos técnicos utilizados, esse é um estudo descritivo realizado na Faculdade de Farmácia da UFRGS.

Foram consultados os relatórios de Gestão de 2018 e 2019 da UFRGS e também examinados os dados com base em fontes secundárias com análise documental de relatórios extraídos do sistema PROPLAN da Faculdade de Farmácia da UFRGS para realização dos comparativos propostos nos objetivos específicos e, assim, alcançar o objetivo geral apresentado respondendo à problemática.

## 7 A AUSTERIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

A Constituição Federal do Brasil de 1988 no seu artigo 205 positiva que “A educação, direito de todos e dever do Estado”, porém após um período de investimentos, agora a educação está sob risco.

Dentro do discurso de austeridade fiscal, a educação é uma das áreas que também sofre com o corte dos gastos. As instituições de ensino superior, em todo o mundo, foram impactadas com as alterações sofridas na área do trabalho e por um movimento reformista. Isso tudo direcionado por organismos multilaterais como o FMI e o Banco Mundial. No Brasil, a reforma na educação superior está em andamento desde o governo de Fernando Henrique (1995) e tem como objetivo viabilizar parcerias entre as instituições públicas e o setor privado.

A adoção dessa política é justificada pela necessidade da concentração dos investimentos públicos em áreas de alta relevância econômica, tendo como prioridade “alocar recursos às instituições públicas que tivessem projetos elaborados em parceria com as empresas privadas e fossem voltadas para aplicações comerciais”. (OLIVEIRA, 2002, p. 73 apud CHAVES, 2015, p. 429)

Tendo por base os anos entre 2003 a 2010, que compreende os dois governos Lula, é possível constatar um aumento no volume de alunos matriculados nos cursos presenciais e a distância no ES, esse acréscimo correspondeu a um aumento de 62%. No entanto, o crescimento do setor privado foi de 71,5%, enquanto no setor público foi de 39,7% (CHAVES, 2015).

No período de 2003 a 2012, observa-se o seguinte: as IES expandiram 30,0%, sendo que as privadas cresceram 27,1% e as públicas, 46,9%. É importante destacar que, a partir do ano de 2007, “o processo de mercantilização do ensino superior brasileiro vem adquirindo novos contornos” (CHAVES, 2010), com a criação de redes de empresas por meio da compra e/ou fusão de IES privadas do país, por empresas nacionais e internacionais de ensino superior, e pela abertura de capitais dessas nas bolsas de valores. Esse processo tem contribuído para a formação de Universidades gigantes, reduzindo-se a expansão do número de IES (de 2010 a 2012 foram criadas apenas 12 novas IES no setor privado) sem, no entanto, reduzir o número de matrículas, cuja expansão, no período, apresentou o percentual de 86,2%, enquanto no setor público, mesmo com a expansão no número de IES, o aumento das matrículas foi inferior (61,3%), como pode ser observado na Tabela 1 a seguir. (CHAVES, 2015, p. 431)

Tabela 1 - Número de Instituições de Educação Superior, matrículas e funções docentes por categoria administrativa. Brasil - 2003-2012.

Ano	Instituições			Matrículas (1)			Funções Docentes (2)		
	Total	Pública	Privada	Total	Pública	Privada	Total	Pública	Privada
2003	1.859	207	1.652	3.936.933	1.176.174	2.760.759	268.816	95.863	172.953
2010	2.378	278	2.100	6.379.299	1.643.298	4.736.001	366.882	140.742	226.140
2012	2.416	<b>304</b>	<b>2.112</b>	7.037.688	1.897.376	5.140.312	378.939	160.374	218.565
▲ % 2003-2010	<b>27,9</b>	<b>34,3</b>	<b>27,1</b>	<b>62,0</b>	<b>39,7</b>	<b>71,5</b>	<b>36,5</b>	<b>46,8</b>	<b>30,8</b>
▲ % 2003-2012	<b>30,0</b>	<b>46,9</b>	<b>27,8</b>	<b>78,8</b>	<b>61,3</b>	<b>86,2</b>	<b>41,0</b>	<b>67,3</b>	<b>26,4</b>

Fonte: MEC/INEP/DEAES, 2003, 2010, 2012.

Notas: (1) Matrículas em cursos presenciais e a distância  
(2) Funções docentes em exercício e afastados

Fonte: Chaves (2015, p. 431).

Com as políticas de austeridade a educação fica ameaçada. A desigualdade no acesso ao Ensino Superior foi amenizada com o Reuni, o Prouni, ações afirmativas, o aumento das bolsas de graduação e pós e, também, com os investimentos na assistência estudantil. Todas essas iniciativas foram realizadas nos anos 2000. Além disso, houve a implantação de Instituições de Ensino Superior pelo interior dos Estados. Essa estratégia de interiorização proporcionou o desenvolvimento para além das capitais e expandiu as oportunidades educacionais e do mercado de trabalho em variadas regiões do interior dos estados (DWECK; OLIVEIRA; ROSSI, 2018).

A expansão do ensino superior ocorreu tanto no setor público quanto no privado, porém com contenção de gastos na área pública. No setor privado, foi implantada uma política de liberalização e estímulo com a criação do Prouni e do FIES. As reformas estruturais foram a materialização das políticas de ajuste fiscal. Nesse modelo estratégico, a educação superior entra como um serviço não exclusivo do Estado, o que significa que seria um serviço não estatal. Chaves (2015) dispõe que essas reformas estruturais iniciaram no Brasil a partir de 1995 com o Plano Diretor da Reforma do Estado. (BRESSER-PEREIRA; SPINK, 1998 apud CHAVES, 2015). Isso nada mais é que a inserção “...de um Estado economicista e empresarial-gereencialista, em que a satisfação das demandas do mercado, e de sua lógica da competição, ocupam lugar de destaque.” (CHAVES, 2015, p. 433).

Como parte do movimento de austeridade, foram adotadas medidas de contrarreformas no sistema educacional que afetaram as IES (Instituição de Ensino Superior). O incentivo à

concorrência entre as IES, norteado, principalmente, para o mercado com o objetivo de redução de gastos, acaba sendo o foco das propostas e projetos de governos neoliberais no mundo do capital. O corte dos investimentos públicos e a diversificação das fontes de financiamento foram fundamentais para a reforma da educação superior no Brasil. Dessa maneira, o país cumpriu com as diretrizes do Banco Mundial que coloca em seu relatório que o Estado não deve fazer parte da manutenção desse nível de ensino, por ser entendido que a “...educação superior passa a ser considerada como um serviço público não exclusivo do Estado e competitivo.” (CHAVES, 2015, p. 433).

Em reportagem divulgada pelo Jornal do Comércio (2020), há pontos do relatório do Banco Mundial onde defende o fim do ensino superior gratuito no Brasil. Na matéria, mencionam que as despesas do governo com o ensino superior equivalem a 0,7% do PIB (Produto Interno Bruto), além disso, crescem 7% ao ano, ou seja, superior ao crescimento da média mundial. O Banco Mundial ainda considera que os gastos com o ensino superior são ineficientes e regressivos, o que justificaria o corte de recursos e o fim da gratuidade do ensino superior, ressaltando, que esses cortes deveriam ocorrer sem prejudicar os mais pobres.

Em síntese, pode-se afirmar que o comportamento do governo em relação ao investimento na educação, em especial, na educação superior, atende às orientações dos organismos multilaterais financeiros, em especial as do Banco Mundial, que defendem entre outras medidas: “disciplina fiscal”, priorização dos gastos públicos em áreas de “alto risco” e privatização dos serviços sociais. (CHAVES, 2015, p. 439)

Chaves (2015), se posiciona colocando que o discurso dos organismos internacionais segue uma lógica gerencialista que procura “...novos mercados para a venda de produtos e serviços e, para tanto, pressionam o governo para liberar exploração comercial do ensino.” (CHAVES, 2015, p. 439).

Todas as mudanças ocorridas para o acesso das pessoas ao ES, estão sendo perdidas e desmontadas em função dos ajustes fiscais implementados desde 2015 e posteriormente confirmado pela EC 95. A partir do momento em que a austeridade foi adotada, os valores da dotação atual, empenhado e liquidados para as IES tiveram mudança. O Reuni, a principal expansão das instituições de ensino federais nos anos 2000, teve seu ápice de gastos em 2014, a partir de então, não teve mais continuidade. Em 2003, tinha 83 Institutos Federais e 44 Universidades Federais, já em 2014, chega-se ao número de 63 Universidades Federais e 107 Institutos Federais. Infelizmente, no ano de 2016, os números continuam os mesmos. Nos anos 2000 também houve uma grande expansão de dotação na função Educação, porém ocorreu queda de 2015 para 2016 dos valores (DWECK; OLIVEIRA; ROSSI, 2018).

...no caso da Educação, houve uma pequena desaceleração na taxa de crescimento real do gasto com relação ao governo Lula, mas ainda assim seguiu com crescimento real relativamente alto. A dificuldade de manter a taxa de crescimento do período Lula em parte pode ser explicada pela base elevada, visto que o Brasil foi um dos países que mais elevou os gastos em educação no mundo, no período entre 2001 e 2011. (DWECK; TEIXEIRA, 2017, p. 33)

A EC 95 desvinculou as receitas da educação e restringiu os gastos nessa área. Isso em conjunto das restrições fiscais impostas aos Estados e Municípios, dificulta a continuidade do Plano Nacional de Educação, além disso, vai na direção oposta daquilo que o Comitê das Nações Unidas sobre Direitos da Criança (CRC) recomenda ao Brasil. Nessa recomendação feita em 2015, foi evidenciado a necessidade de garantia de recursos para a aplicação do PNE, ainda que em tempos de crise. Com a EC 95, o investimento de recursos na construção de escolas, creches, manutenção de universidades públicas e estabelecimentos de ensino básico ou salário dos professores ficam ameaçados, isso, pois, fica inviável o alcance das metas e estratégias colocadas na Lei 13.005/2014 (PNE) (DWECK; OLIVEIRA; ROSSI, 2018).

É preciso reverter essa lógica para que a população possa, de fato, ter acesso a uma educação pública e de qualidade em todos os níveis. Levando em consideração o fato de que, em especial nos níveis médio e superior, o sistema educacional público precisaria ser consideravelmente expandido e ter sua qualidade resgatada, não haverá essa possibilidade se não tiver um importante aporte adicional de verbas públicas, elevando o montante para níveis mais próximos aos internacionais, em particular de países que estão despontando como desenvolvimentistas, o que significaria, no mínimo, dobrá-los, para atingir 10% do PIB. (CHAVES, 2015, p. 439)

Dweck et al. (2018) consideram demagogia a defesa da EC 95 e da educação e saúde públicas, pois ela abre caminho para o setor privado. Todas as despesas sociais, especialmente com saúde e educação são fundamentais para uma mitigação da desigualdade no Brasil.

A política de austeridade reduz a expansão da democratização do acesso ao Ensino Superior e abre espaço para a ampliação da privatização. Todos esses impactos dos ajustes fiscais serão sentidos pela atual e pela próxima geração (DWECK; OLIVEIRA; ROSSI, 2018).

## 8 HISTÓRICO DE CORTES DE RECURSOS NA UFRGS

Após sucessivos aumentos de recursos entre os anos de 2015 a 2017, ocorreram cortes nos gastos federais discricionários empenhados na educação superior. Em média, esses cortes foram de mais de 7%. Muitos programas de assistência estudantil foram prejudicados. Tivemos redução das bolsas de pós-graduação entre 2015 e 2016, além da baixa no volume de matrículas nos cursos presenciais, impulsionadas pelo setor privado. Temos a área de pesquisa das universidades que também foi diretamente afetada com a política de austeridade (DWECK; OLIVEIRA; ROSSI, 2018).

Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, não foi diferente. O corte de recursos foi responsável por impactos significativos no funcionamento da instituição. Conforme evidenciado no Relatório de Gestão de 2019, o mais recente disponibilizado, “A Gestão Orçamentária e Financeira tem por objetivo buscar a sustentabilidade financeira para as atividades finalísticas da UFRGS.” (UFRGS, 2019, p. 197).

Ao analisar os relatórios de Gestão de 2018 e 2019, é possível verificar que as condições de financiamento da Universidade vêm sendo impactadas, especialmente, após a aprovação da EC 95 ocorrida no final do ano de 2016. Os cortes de recursos já vinham ocorrendo desde 2014, porém a EC 95 acentuou ainda mais as restrições orçamentárias com o estabelecimento do teto nominal de gastos, cujo parâmetro é a taxa de inflação anual. O Pró-reitor de Planejamento e Administração, Hélio Henkin, no relatório de 2018, considera que

Como o conjunto das despesas de pessoal (incluindo ativos, aposentados e pensionistas) tem aumentado em ritmo superior à taxa de inflação, as dotações orçamentárias provenientes do Tesouro Nacional para outras despesas de custeio e capital (OCC) têm sido reduzidas em termos reais. (UFRGS, 2018, p. 146)

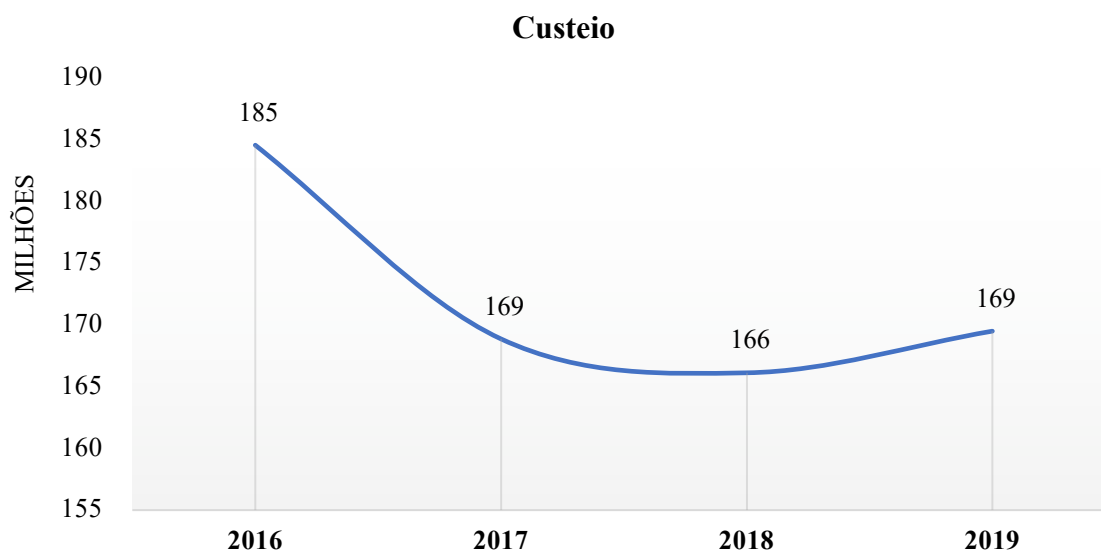
Tabela 2 – Execução Orçamentária – Recursos da Fonte Tesouro – (em R\$) – UFRGS

<b>Execução Orçamentária - Recursos da Fonte Tesouro - (em R\$) - UFRGS</b>				
<b>Grupo da Despesa</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>
<b>Pessoal</b>	1.371.563.072	1.523.790.488	1.598.353.549	1.670.930.174
<b>Benefícios</b>	48.254.424	48.540.058	50.084.759	51.352.097
<b>Custeio</b>	184.550.493	168.863.486	166.118.699	169.491.868
<b>Capital</b>	9.342.335	6.578.378	8.973.836	2.119.743
<b>Total</b>	<b>1.613.710.324</b>	<b>1.747.772.410</b>	<b>1.823.530.843</b>	<b>1.893.893.882</b>

Fonte: elaborado pela autora (2021).

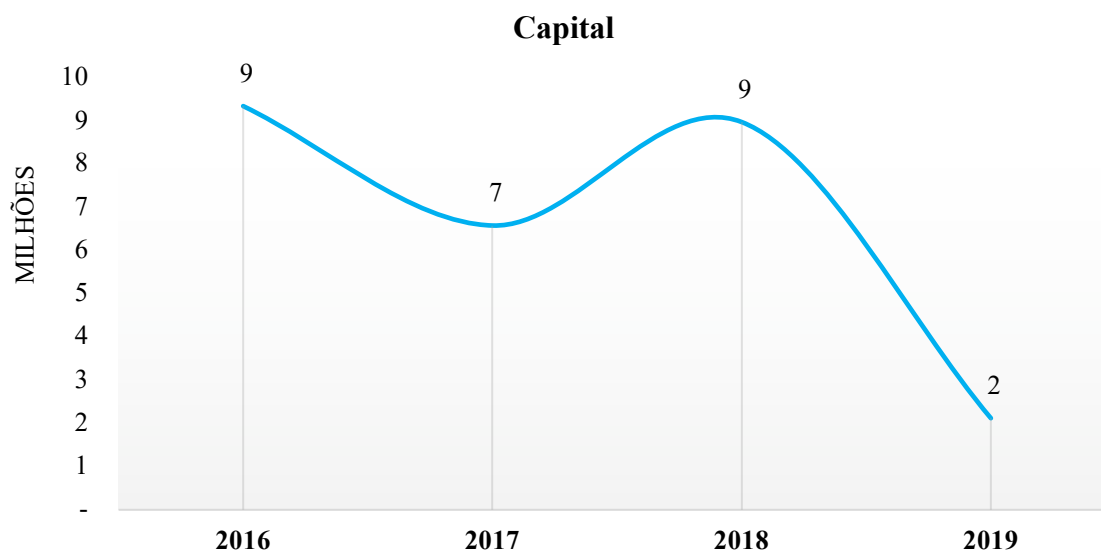


Gráfico 1 – Execução Orçamentária – Fonte Tesouro – (em R\$) – Custeio – UFRGS



Fonte: elaborado pela autora (2021).

Gráfico 2 – Execução Orçamentária – Fonte Tesouro – (em R\$) – Capital – UFRGS



Fonte: elaborado pela autora (2021).

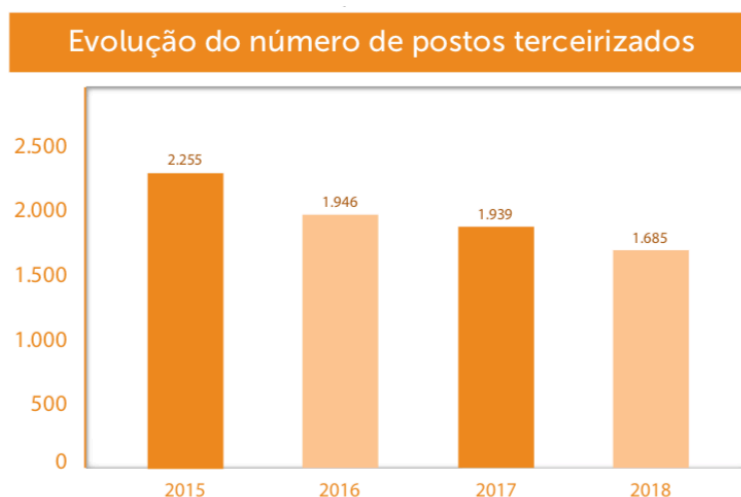
A tabela 2 e os gráficos 1 e 2 demonstram a evolução desses cortes desde 2016, ano da aprovação da EC 95. É nítido que os grupos de custeio e capital tiveram uma redução significativa. De 2016 para 2019, o repasse para custeio oriundos da fonte do Tesouro reduziram em torno de 8% e as de capital, 77%. A disponibilidade de recursos vem se tornando cada vez mais restrita para o funcionamento e manutenção do ensino, pesquisa e extensão da Universidade.

Diante o quadro no qual a Universidade vem sendo exposta em função da política de austeridade imposta,

...a Pró-Reitoria de Planejamento e Administração da UFRGS tem buscado alocar recursos em inovações gerenciais e tecnológicas que reduzam o gasto por atividade, aumentando a eficiência da organização. Entre outros exemplos, pode ser destacada a finalização da obra da Subestação de 69 kV, do Campus do Vale, que permitirá obter energia a menor custo, com maior disponibilidade de potência e com mais qualidade no suprimento. A adoção da sistemática do Planejamento Anual de Aquisições também está alinhada com o objetivo de redução de custos e melhor controle do processo de compras, o que é muito desafiador numa organização complexa e com estrutura relativamente descentralizada, como é o caso da UFRGS. (UFRGS, 2018, p. 146)

Ainda que haja bastantes iniciativas para se adaptar ao novo cenário de cortes, nem todas as inovações são suficientes para que não ocorra corte nas despesas. Situações como a de conservação, reestruturação e adequação predial tem o atendimento reduzido. Os contratos de serviços terceirizados também foram afetados e os postos de trabalhos diminuídos, isso ocorreu, por exemplo, em atividades como limpeza, vigilância e atividades de suporte administrativo. Em 2018, tivemos o terceiro ano seguido de cortes quantitativos nas atividades terceirizadas, que são as principais despesas de custeio da UFRGS (UFRGS, 2018).

Gráfico 3 – Evolução do número de postos terceirizados - UFRGS



Fonte: UFRGS (2018, p. 147).

Com relação ao orçamento de capital, a queda foi bem substancial. “Após ter alcançado cerca de R\$ 40 milhões em 2014, o orçamento de capital da UFRGS ficou em patamar inferior a R\$ 10 milhões nos últimos três anos (2016 a 2018).” (UFRGS, 2018, p. 147).

Os valores repassados nos últimos anos não são compatíveis com extensão da Universidade. Diante das necessidades de obras, equipamentos de laboratórios, materiais didáticos, as dificuldades para dar continuidade às atividades estão presentes. Ainda assim, foi possível evoluir com obras como a do novo prédio do Instituto de Ciências Básicas da Saúde (ICBS) e também concluir a Subestação do Campus do Vale (UFRGS, 2018).

De acordo com o Relatório de Gestão de 2018,

Estas obras foram viabilizadas por recursos complementares, de natureza extra orçamentária, repassados pela SESU/MEC, via termos de execução descentralizada (TED). No ano de 2018, a execução orçamentária via TED para obras na UFRGS alcançou cerca de R\$ 17.928.981,72. (UFRGS, 2018, p. 147)

Como alternativa para manutenção das atividades acadêmicas e amenizar as restrições orçamentárias, conforme aponta o Relatório de Gestão da UFRGS de 2018, uma opção é a busca por recursos que são diretamente arrecadados pela Universidade (recursos próprios captados na Fonte 250). No entanto, esses recursos não foram utilizados para os objetivos inicialmente estabelecidos pela Universidade como aquisição de equipamentos e reformas de laboratórios, e obras de acessibilidade. Eles foram destinados conforme segue

O saldo da arrecadação direta não dispendido em Outras Despesas de Custeio e Capital (por falta de crédito orçamentário) teve dois destinos distintos. Cerca de metade do valor foi incorporado à Fonte 650 (superávit de exercícios anteriores). A outra metade, juntamente com o superávit dos exercícios anteriores a 2018 (que somava cerca de R\$ 51,3 milhões) foram destinadas, de forma inusitada, ao pagamento de aposentados e pensionistas, por determinação do Ministério do Planejamento, conforme Portaria 9.420 de 14 de setembro de 2018. No total, foram alocados R\$ 58,7 milhões para o pagamento de aposentados e pensionistas, provenientes de recursos que a UFRGS arrecadou em anos anteriores, através de convênios e contratos de pesquisa e extensão, bem como outras taxas. (UFRGS, 2018, p. 147)

Importante destacar que apesar dos esforços da UFRGS em reduzir despesas e procurar alternativas para a sua manutenção, é necessário salientar que não há mais espaço para cortes de despesas sem que isso impacte diretamente a qualidade do funcionamento da Universidade.

## **8.1 Histórico de cortes de recursos na Faculdade de Farmácia**

### **8.1.1 Um breve histórico da Faculdade de Farmácia**

A Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul é considerada a mais antiga das Unidades universitárias da UFRGS, fundada em 1895. Em 1898, foi fundada

a Faculdade Livre de Medicina e Farmácia. Entre o período de 1898 e 1951, a Farmácia ficou ligada à Faculdade de Medicina. Com o passar dos anos essa situação foi mudando. Mesmo se tornando uma unidade autônoma em 1949, a Farmácia continuava sendo uma Escola Anexa à Faculdade de Medicina. Isso se manteve até 1952, quando, então, foi estruturada como uma Unidade Técnico-Administrativa. Em 1949, com integração de unidades do interior do Estado, a Universidade de Porto Alegre, a qual era denominada, passou a ser chamada de Universidade do Rio Grande do Sul. A URGS passou a ser mantida pelo Sistema Federal de Ensino Superior em 1950 (UFRGS, 2021).

Além dos cursos de graduação em Farmácia, a Unidade conta com curso de especialização em Diagnóstico Laboratorial de Doenças Infecciosas e Genéticas, programas de Mestrado e Doutorado em Ciências Farmacêuticas; Mestrado e Doutorado em Assistência Farmacêutica e Doutorado em Nanotecnologia Farmacêutica. Também conta com curso de extensão em Atenção Básica/Atenção Primária à Saúde. Através de um convênio com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, a Unidade atende a população em áreas como a de análises laboratoriais, com Laboratório de Análises Clínicas e Toxicológicas (LACT). O LACT tem por objetivo “... atender somente via SUS a população que necessita de exames clínicos.” (UFRGS, p. 1, 2021).

## 8.2 Os cortes de recursos na Faculdade de Farmácia

Este estudo buscou através da base de dados do Sistema PROPLAN as informações para embasar essa pesquisa. Foram extraídos relatórios diretamente do setor Financeiro e Patrimonial da Faculdade de Farmácia da UFRGS do período de 2010 a 2020 para realizar o levantamento do volume de recursos que ingressaram de fonte oriunda do tesouro e dos gastos que foram realizados com essas dotações.

A tabela 3 apresenta os valores absolutos das dotações repassadas pelo tesouro do período de 2010 a 2020.

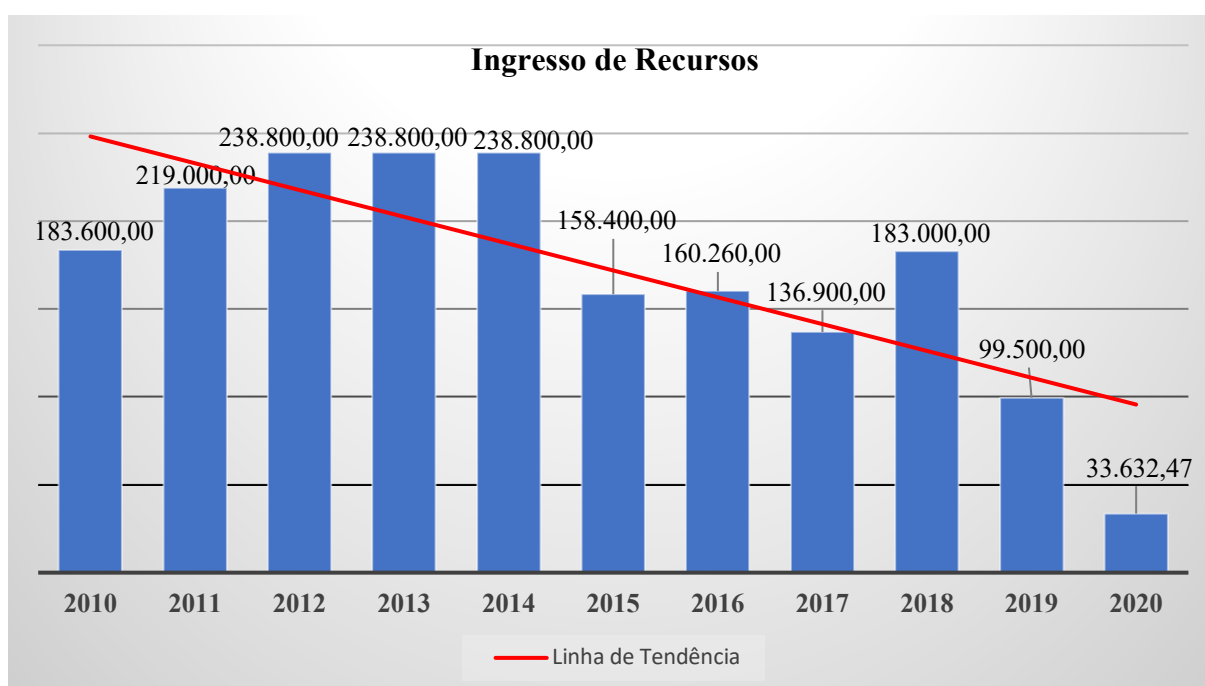
Tabela 3 – Ingresso de Recursos – Fonte Tesouro – (em R\$) – Faculdade de Farmácia

Ano	Ingresso de Recursos
2010	R\$ 183.600,00
2011	R\$ 219.000,00
2012	R\$ 238.800,00
2013	R\$ 238.800,00

2014	R\$	238.800,00
2015	R\$	158.400,00
2016	R\$	160.260,00
2017	R\$	136.900,00
2018	R\$	183.000,00
2019	R\$	99.500,00
2020	R\$	33.632,47

Fonte: elaborado pela autora (2021).

Gráfico 4 – Ingresso de Recursos - Fonte Tesouro (em R\$) - Faculdade de Farmácia



Fonte: elaborado pela autora (2021).

Na tabela 3 e no gráfico 4 observa-se que o volume de repasse com origem do tesouro teve um incremento significativo a partir de 2010. O ápice ocorreu com o Reuni entre 2012 e 2014 na Faculdade de Farmácia. Em 2015, com a política de austeridade imposta através dos cortes de verbas, os recursos passaram a ser reduzidos e em 2016, quando houve a oficialização da austeridade a longo prazo com a aprovação da EC 95, a dotação repassada passou a ficar cada vez mais escassa, tendo um leve aumento em 2018, porém permanecendo de maneira decrescente nos anos posteriores. Percebe-se que desde o pico no volume de repasses em 2014 para o ano de 2019 ocorreu um decréscimo de 58%, o que prejudica e dificulta a aquisição de materiais e equipamentos para o andamento satisfatório das aulas práticas e manutenção da Unidade.

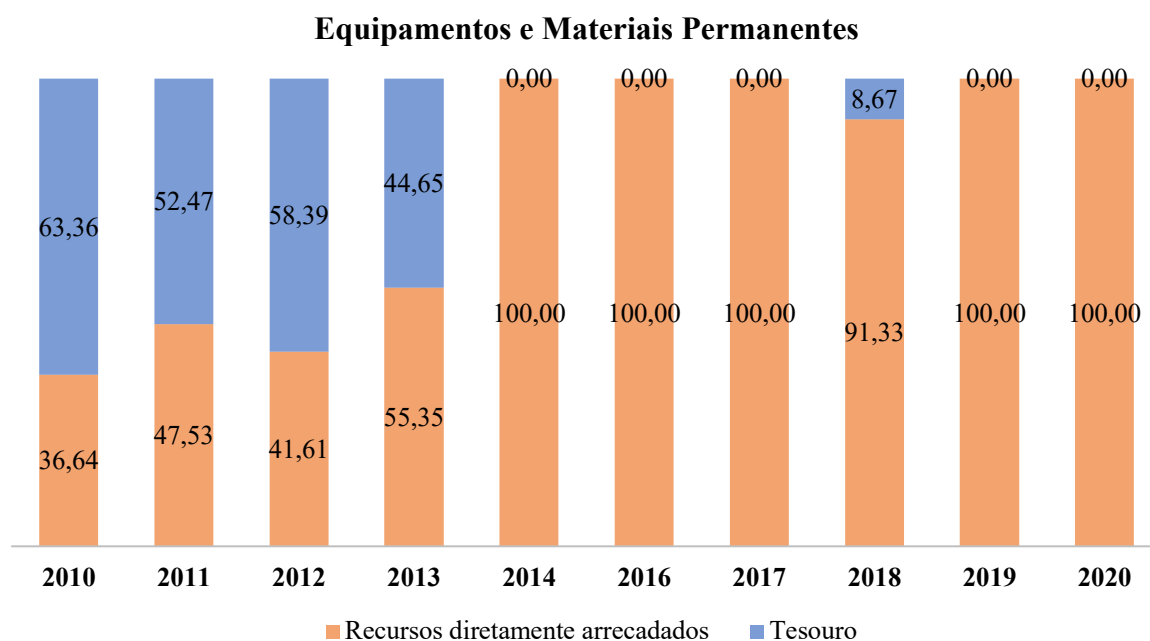
De acordo com Dweck, Oliveira e Rossi (2018), o Reuni, a principal expansão das instituições de ensino federais nos anos 2000, teve seu ápice de gastos em 2014, a partir de então, não teve mais continuidade. Nos anos 2000 também houve uma grande expansão de dotação na função Educação, porém ocorreu queda de 2015 para 2016 dos valores.

A linha de tendência apresentada no gráfico 4, em vermelho, nos traz uma perspectiva negativa no que se refere aos repasses, tendo em vista tanto o histórico apresentado quanto a EC 95 que criou regras com um teto de gastos por um período de 20 anos.

O ano de 2020 está representado no gráfico 4, porém não chega a ser decisivo nessa análise em razão de ser um ano atípico em que iniciou a pandemia da COVID-19.

As apresentações a seguir demonstram a proporção das aquisições pelo tesouro e recursos diretamente arrecadados.

Gráfico 5 – Aquisições de Equipamentos e Materiais Permanentes por Fonte (em %) - Faculdade de Farmácia

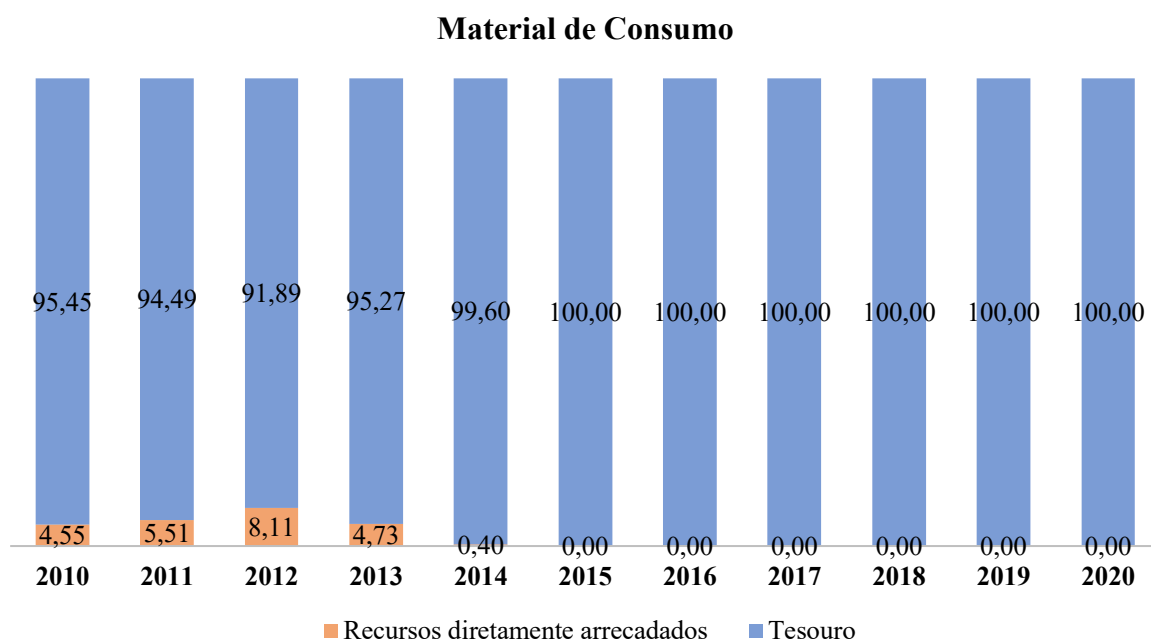


Fonte: elaborado pela autora (2021).

Quando verificamos o gráfico 5, temos a proporção de compras de equipamentos e materiais permanentes realizadas com dotações do tesouro ou recursos diretamente arrecadados. Em média, 54,72% das compras foram realizadas através do tesouro entre o período de 2010 a 2013. Após esse período, com exceção do ano de 2018, 100% das aquisições foram realizadas com recursos próprios. É perceptível que essas aquisições foram sendo transferidas,

gradativamente, para que fossem adquiridas através dos recursos diretamente arrecadados ou até mesmo pelo PDI (Projeto de Desenvolvimento Institucional), que também são recursos diretamente arrecadados pela Unidade, porém essas compras são realizadas através da FAURGS, não constando nos relatórios que serviram de base para essa análise. Dessa maneira, preservar-se os recursos do tesouro para as despesas relacionadas diretamente a manutenção da Unidade com material de consumo e laboratorial, conforme é visto nos gráficos 6 e 7 e na tabela 4.

Gráfico 6 – Aquisições de Material de Consumo por Fonte (em %) - Faculdade de Farmácia



Fonte: elaborado pela autora (2021).

No gráfico 6 temos os materiais de consumo que, majoritariamente, sempre foram adquiridos com verbas advindas do tesouro. Entre 2010 e 2013, ainda havia uma participação pouco expressiva de aquisições por recursos próprios. Já nos materiais de consumo laboratorial, apresentados a seguir, não há nenhum período em que os recursos diretamente arrecadados tenham tido alguma contribuição na aquisição desses materiais.

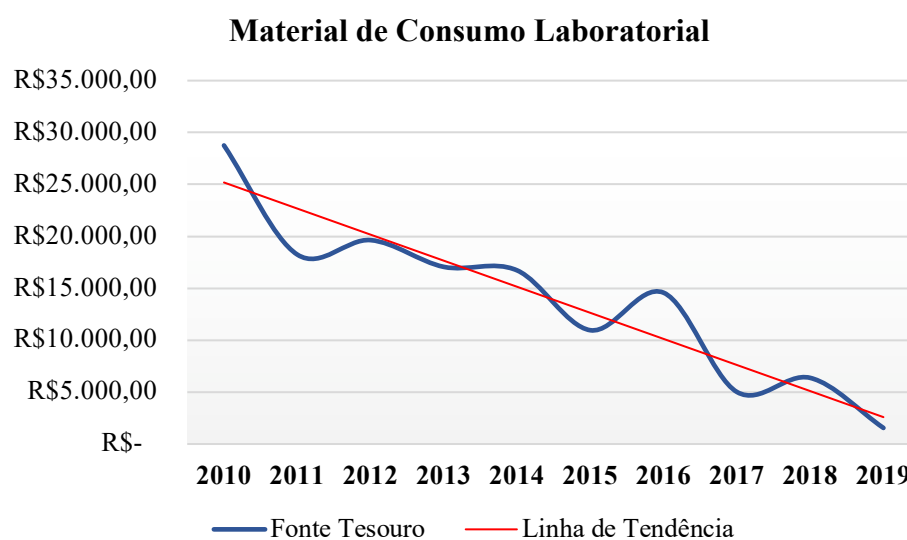
Tabela 4 – Aquisições de Materiais de Consumo Laboratorial por Fonte (em R\$) - Faculdade de Farmácia

Ano	Fonte Tesouro
2010	R\$ 28.754,61
2011	R\$ 18.248,67

2012	R\$ 19.636,71
2013	R\$ 17.060,17
2014	R\$ 16.724,63
2015	R\$ 10.958,31
2016	R\$ 14.571,19
2017	R\$ 5.014,83
2018	R\$ 6.370,61
2019	R\$ 1.548,10

Fonte: elaborado pela autora (2021).

Gráfico 7 – Aquisições de Material de Consumo Laboratorial por Fonte (em R\$) - Faculdade de Farmácia



Fonte: elaborado pela autora (2021).

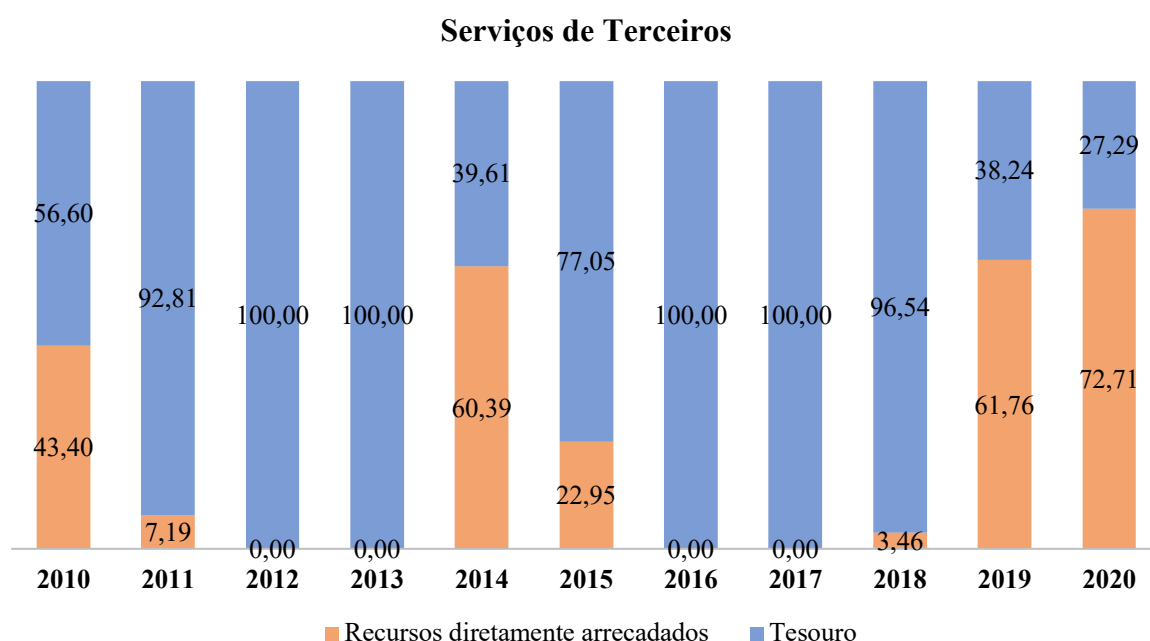
Na tabela 4 temos o histórico financeiro de material de consumo laboratorial, que normalmente são os utilizados em aulas práticas da graduação e em pesquisa, que sempre foram adquiridos, basicamente, através das dotações orçamentárias oriundas do tesouro. Observa-se uma redução drástica do volume dessas compras a partir do ano de 2016, quando foi aprovada a EC 95, que criou o “teto de gastos” oficializando a austeridade. De 2016 para 2017, houve uma redução de 66% das aquisições de material laboratorial através do tesouro e de 2016 para 2019 a redução é de 89%.

Em 2020, foi um ano atípico em razão da pandemia da COVID-19 e, por isso, as aulas presenciais foram suspensas. As poucas compras de material de consumo laboratorial realizadas nesse ano foram todas realizadas através do PDI, conforme informações do Setor Financeiro da Faculdade de Farmácia.



No gráfico 7 visualiza-se, claramente, o quanto a aquisição de material de consumo laboratorial foi afetada, pois a compra desses insumos, historicamente, sempre foi adquirida por verbas do tesouro, já que essa é destinada, justamente, para cobrir as despesas de custeio da Unidade. A linha de tendência, destacada em vermelho, demonstra uma perspectiva negativa diante de todo o histórico apresentado.

Gráfico 8 – Contratação de Serviços de Terceiros por Fonte (em %) - Faculdade de Farmácia



Fonte: elaborado pela autora (2021).

Quanto ao que se refere a contratação dos serviços de terceiros, destacado no gráfico 8, esses tiveram uma média de contratação entre 2010 a 2020, pelo tesouro, de 75%, enquanto que as aquisições com recursos diretamente arrecadados representavam 25%. Nos últimos 2 anos, 2019 e 2020, esses percentuais se invertem e essas contratações, que eram realizadas, na maioria, por recursos do tesouro passaram a ser realizadas por recursos próprios. O que mais uma vez demonstra o quanto o Estado está deixando de financiar a Educação.

O decréscimo no financiamento público na educação, impactou, obviamente, o volume de materiais adquiridos e serviços contratados necessários para a manutenção do pleno funcionamento das atividades da Faculdade de Farmácia, de maneira que não trouxe uma racionalização efetiva dos gastos com os cortes. À medida que há a necessidade de abrir mão de uma aquisição por outra, não se tem a eficiência do gasto público atingida, mas, sim, a precarização do ensino público superior. A austeridade, que resulta no sucateamento, acaba sendo implantada

para justificar a futura privatização do ensino, o que é uma medida preconizada pelos neoliberais, conforme aponta relatório do Banco Mundial. Nesse relatório o Banco Mundial coloca que o Estado não deve fazer parte da manutenção do ensino superior, por ser entendido que a “...educação superior passa a ser considerada como um serviço público não exclusivo do Estado e competitivo.” (CHAVES, 2015, p. 433).

Além disso, há pontos do relatório do Banco Mundial em que defende o fim do ensino superior gratuito no Brasil, pois considera que os gastos com o ensino superior são ineficientes e regressivos, o que justificaria o corte de recursos e o fim da gratuidade do ensino superior, ressalvando, que esses cortes deveriam ocorrer sem prejudicar os mais pobres, conforme aponta matéria veiculada pelo Jornal do Comércio (2020).

Os percentuais de redução orçamentária foram tão significativos que exorbitaram o limite para que se alcançasse a eficiência do gasto público diante do cenário de austeridade que se apresenta. Ao invés de buscar o aperfeiçoamento e aprimorar a aplicação de recursos, os cortes somente prejudicaram as aquisições. A austeridade fiscal não se traduz, necessariamente, em uma política de gastos eficiente, mas, sim, em cortes lineares sem levar em consideração a realidade a qual o país atravessa.

A migração do volume de aquisições da fonte do tesouro para recursos diretamente arrecadados demonstra que não se consegue investir na educação de maneira satisfatória, pois aqueles recursos que também poderiam ser destinados para os investimentos, acabam sendo utilizados somente para as despesas de manutenção, as quais deveriam ser custeadas pelo tesouro.

## CONCLUSÃO

Com base nos dados analisados percebe-se que com o passar dos anos a Universidade está sendo obrigada a se adaptar ao volume de recursos reduzidos. Ainda assim, permanece o desafio de manter as atividades de ensino, pesquisa e extensão com qualidade diante do cenário de insegurança política e econômica ao qual se encontra. A inconstância do volume de recursos que são repassados anualmente não possibilita que seja realizado um planejamento em busca da eficiência do gasto público.

A avaliação fria dos números não nos traz uma resposta efetiva quanto aos efeitos que a política de austeridade trouxe para a Faculdade de Farmácia. Somente com base nos números levantados, não foi possível realizar um aprofundamento consistente dos impactos da austeridade na manutenção das atividades da Faculdade de Farmácia da UFRGS. Dessa maneira, o exame superficial desses dados acaba não trazendo a conclusão satisfatória da problemática apontada, necessitando, talvez, um incremento maior desse estudo que somente a exposição do número por si só.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Emenda Constitucional Nº 95, DE 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm). Acesso em: 10 mar. 2021.
- \_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 6 mai. 2021.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Da Administração pública Burocrática à Gerencial**. 1996. Disponível em: <http://bresserpereira.org.br/papers/1996/95.AdmPublicaBurocraticaA-Gerencial.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2021.
- \_\_\_\_\_. **Gestão do Setor Público: Estratégia e estrutura para um novo Estado**. 1998. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/1998/98-gestaodosetorpublico-estrategia&estrutura.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2021.
- CARNUT, Leonardo; MENDES, Áquilas. **Capital-Estado na crise contemporânea: o gerencialismo na saúde pública**. Argum., Vitória, v. 10, n. 2, p. 108-121, maio/ago. 2018a. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6545840.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2021.
- \_\_\_\_\_. **Capitalismo contemporâneo em crise e sua forma política: o subfinanciamento e o gerencialismo na saúde pública brasileira**. Saúde soc. vol.27 no.4. São Paulo Oct./Dec. 2018b. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010412902018000401105&lng=en&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010412902018000401105&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 21 mai. 2021.
- CARDOZO, Edna de Nazaré Ribeiro. *et al.* **Educação e Neoliberalismo em Contexto Brasileiro: elementos introdutórios à discussão**. 2017. Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25724\\_12514.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25724_12514.pdf). Acesso em: 20 mai. 2021.
- CARTA CAPITAL, Redação. **O que é a austeridade? E por que os neoliberais a defendem?** São Paulo, 03 de agosto de 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/o-que-e-a-austeridade-e-por-que-os-neoliberais-a-defendem/>. Acesso em: 10/08/2019.
- CHAVES, J, L, Vera. **Política de Financiamento e a Expansão da Educação Superior no Brasil: O Público e o Privado em Questão**. ETD – Educ. temat. digit. Campinas, SP v.17 n. 2 p.427-441 mai/ago. 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8635212/7085>. Acesso em: 01 mai. 2021.
- CHIEZA, Rosa Ângela. **Os Mitos da Austeridade Fiscal**. 25/08/2020. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/213917/001117548.pdf?sequence=1>. Acesso em: 01 mai. 2021.
- CONCEIÇÃO, João Santos; AVILA, Róber Iturriet. **A Economia Política da Austeridade Fiscal no Brasil**. Salvador, BA, 2020. Disponível em:

[https://enep.sep.org.br/uploads/1419\\_1583724370\\_A\\_ECONOMIA\\_POLÍTICA\\_DA\\_AUSTERIDADE\\_NO\\_BRASIL\\_\(IDENTIFICADO\)\\_pdf\\_ide.pdf](https://enep.sep.org.br/uploads/1419_1583724370_A_ECONOMIA_POLÍTICA_DA_AUSTERIDADE_NO_BRASIL_(IDENTIFICADO)_pdf_ide.pdf). Acesso em: 29 abr. 2021.

COSTA, Marilda de Oliveira; DOMICIANO, Cassia. **Austeridade fiscal, autoritarismo e política Educacional:** as mudanças legislativas na gestão democrática do sistema estadual de ensino e da escola pública de Mato Grosso. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 36, e70086, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/download/70086/40385>. Acesso em: 29 jun. 2021.

DE PAULA, Ana Paula Paes. **Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social.** *Rev. adm. empres.* vol.45 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2005. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_art-text&pid=S003475902005000100005&lng=en&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_art-text&pid=S003475902005000100005&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 21 mai. 2021.

DRUMMOND, Carlos. **Reforma administrativa é tentativa de destruir o setor público, avaliam especialistas.** *Carta Capital*. São Paulo, 15 de setembro de 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/economia/reforma-administrativa-e-tentativa-de-destruir-o-setor-publico-avaliam-especialistas/amp/>. Acesso em: 22 mai. 2021.

DWECK, Esther. *et al.* **Impacto da austeridade sobre o crescimento e a desigualdade no Brasil.** Artigo apresentado na SEP- Sociedade de Economia Política, Niterói, RJ, 2018. Disponível em: <https://www.sep.org.br/mostrar.php?url=/23/Area%203/53.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.

DWECK, Esther; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de; ROSSI, Pedro. **Impactos Sociais da Política Fiscal no Brasil.** São Paulo, 1º ed., vol. 1. 2018. Disponível em: <https://pedro-rossi.org/wp-content/uploads/2018/08/Impactos-sociais-da-pol%C3%ADtica-fiscal.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.

DWECK, E.; TEIXEIRA, R. A. **A política fiscal do governo Dilma e a crise econômica.** Campinas: Unicamp/IE, 2017. (Texto para Discussão, 303). Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3532/TD303.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2021.

ENAP – ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. **Introdução ao Orçamento Público:** Módulo 2 Receita e Despesa Públicas. Brasília: ENAP, 2017. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3168/1/Modulo%202%20-%20Receita%20e%20Despesa%20Publicas.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2021.

FAÉ, Rogério; GOULART, Sueli; ABDALA, Paulo Ricardo Zilio. **Estratégia Nacional de Desenvolvimento nos Governos Lula e Dilma:** transformação neoliberal. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, jan./mar. 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/143971/000998202.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 01 jun. 2021.

FONSECA, Francisco. **Impactos do neoliberalismo ao estado de bem-estar e à democracia:** Uma análise conceitual e empírica. Brasil, 21 de março de 2019. Disponível em: [https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/141-texto\\_del\\_arti\\_culo-523-1-10-20190416.pdf](https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/141-texto_del_arti_culo-523-1-10-20190416.pdf). Acesso em: 20 mai. 2021.

G1. **MEC prevê corte de R\$ 4,2 bilhões no orçamento para 2021.** 10 ago. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/08/10/orcamento-do-mec-preve-corte-de-r-42-bilhoes-para-2021.ghtml>. Acesso em: 30 jul. 2020.

JORNAL DO COMÉRCIO. **Banco Mundial sugere fim do ensino superior gratuito no Brasil.** Porto Alegre, RS, 2017. Disponível em: [https://www.jornaldocomercio.com/\\_conteudo/2017/11/geral/597345-banco-mundial-sugere-fim-do-ensino-superior-gratuito-no-brasil.html](https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2017/11/geral/597345-banco-mundial-sugere-fim-do-ensino-superior-gratuito-no-brasil.html). Acesso em: 06 abr. 2021.

LEITE, K. V. B. S.; SCHMIDT FILHO, R. **A economia brasileira e o discurso de austeridade fiscal: onde a crise nos levará?** In: ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA - AKB. Dossiê V da AKB - O Brasil pós-recessão: das origens da crise às perspectivas e desafios futuros. São Paulo: AKB, jul. 2019, p. 170-178. Disponível em: <https://bit.ly/2HCW3ks>. Acesso em: 03 mai. 2021.

MELLO, G.; ROSSI, P.; OLIVEIRA, A. L. M.; WELLE, A. **O Brasil em crise: choque recessivo, desmonte do estado e a 'recuperação precária'.** In: ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA - AKB. Dossiê V da AKB - O Brasil pós-recessão: das origens da crise às perspectivas e desafios futuros. São Paulo: AKB, jul. 2019, p. 124-135. Disponível em: <https://bit.ly/2HCW3ks>. Acesso em: 03 mai. 2021.

MISOCZKY, Maria Ceci. **Administração pública contemporânea.** Porto Alegre: Ministério da Cultura/UFRGS/EA, 2014.

\_\_\_\_\_. **Dilemas da Burocracia no Campo das Políticas Públicas: Neutralidade, Competição ou Engajamento?** Organizações & Sociedade, v. 8, n. 20, 2001. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/10540/7556>. Acesso em: 23 mai. 2021.

MISOCZKY, M. C.; ABDALA, P. R. Z.; DAMBORIARENA, L. A. **A trajetória ininterrupta da Reforma do Aparelho de Estado no Brasil: continuidades nos marcos do neoliberalismo e do gerencialismo.** Administração Pública e Gestão Social, 9(3), jul./set., 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/5126/pdf>. Acesso em: 02 jun. 2021.

PRADO, Lucas de Melo. **A relação entre o neoliberalismo e o ataque à educação no Brasil.** Brasil, 20 de dezembro de 2018. Disponível em: <https://www.justificando.com/2018/12/20/a-relacao-entre-o-neoliberalismo-e-o-ataque-a-educacao-no-brasil/>. Acesso em: 18 mai. 2021.

PUENTE, Beatriz. **Universidades Federais terão corte de pelo menos R\$ 1 bilhão no orçamento: Decréscimo atingirá as 69 universidades do país.** CNN. Rio de Janeiro, 11 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2021/05/11/universidades-federais-terao-corte-de-pelo-menos-r-1-bilhao-no-orcamento>. Acesso em: 15 jun. 2021.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio do curso de administração.** São Paulo: Atlas, 1996.

ROSSI, Pedro; MELLO, Guilherme. **A Desconstrução do Estado e Dos Direitos Sociais: Da austeridade ao desmonte: dois anos da maior crise da história.** *Le Monde diplomatique*

Brasil, São Paulo, edição 116, mai. 2017. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/da-austeridade-ao-desmonte-dois-anos-da-maior-crise-da-historia/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

\_\_\_\_\_. **Do industrialismo à austeridade: a política macro dos governos Dilma**. Campinas: Unicamp/IE, 2017, jun. 2017 (Texto para Discussão n. 309). Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3538&tp=a>. Acesso em: 30 abr. 2021.

SEFAIR, Clara; CUTRIM, Isadora Abreu. **A Necropolítica neoliberal e as políticas de no Governo de Jair Bolsonaro**. PIXO – Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade, v. 3, n. 10: Mulheres e lugares urbanos (inverno). Pelotas, RS. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pixo/article/viewFile/16880/10862>. Acesso em: 18 mai. 2021.

SILVA, Wagner Pires da; BARBOSA, Erlene Pereira. **Austeridade e neoliberalismo no Brasil pós-golpe**. Rev. Sítio Novo, v. 4 n. 3 p. 336-347 jul./set. Palmas, TO. 2020. Disponível em: <https://sitionovo.ifto.edu.br/index.php/sitionovo/article/download/525/229>. Acesso em: 18 mai. 2021.

STIGLITZ, Joseph. **Austerity has strangled Britain. Only Labour will consign it to history**. The Guardian, 07 de junho de 2017. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2017/jun/07/austerity-britain-labour-neoliberalism-reagan-thatcher>. Acesso em: 05 mai. 2021.

TRISTÃO, Ellen. **A opção neoliberal do primeiro mandato do governo Lula**. SER Social, Brasília, v. 13, n. 28, p. 104-128, jan./jun. 2011. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/download/12684/11086/22914](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/download/12684/11086/22914). Acesso em: 01 jun. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Relatório de Gestão 2019**. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/governanca/informacoes-institucionais/relatorio-de-gestao/>. Acesso em: 06 mai. 2021.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Gestão 2018**. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/governanca/informacoes-institucionais/relatorio-de-gestao/>. Acesso em: 06 mai. 2021.

\_\_\_\_\_. **Farmácia**. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/farmacia/>. Acesso em: 04 ago. 2021.

VIEIRA, F. S.; SANTOS, I. S.; OCKÉ-REIS, C; RODRIGUES, P. H. A. **Políticas sociais e austeridade fiscal: como as políticas sociais são afetadas pelo austericídio da agenda neoliberal no Brasil e no mundo**. Rio de Janeiro: CEBES, 64 p., 2018. Disponível em: <http://cebes.org.br/biblioteca/politica-social-e-austeridade-fiscal-como-as-politicas-sociais-sao-afetadas-pelo-austericidio-da-agenda-neoliberal-no-brasil-e-no-mundo/>. Acesso em: 06 jun. 2021.

XIMENES, Leandro Santos. **Ideologia Gerencialista versus Trabalho Docente: um diagnóstico pautado no discurso de docentes do ensino superior das esferas pública e privada**. 2015. 111 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ. 2015. Disponível em: <http://www.escopo.uff.br/wp-content/uploads/sites/143/2020/01/Dissertação-Leandro-Ximenes-versão-final.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2021.

## ANEXO – TERMO DE COMPROMISSO DUDA100% DE UTILIZAÇÃO DE DADOS (TCUD)



FACULDADE DE FARMÁCIA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
Avenida Ipiranga, 2752 CEP 90 610-000 Porto Alegre RS, Brasil  
Fone Secretária: (51) 33 08 50 90 Fax (51) 33 08 54 37 e-mail: facfari@farmacia.ufrgs.br

### Termo de Compromisso de Utilização de Dados (TCUD)

#### 1. Identificação dos pesquisadores

Nome completo		RG
Guilherme Dornelas Camara	Pesquisador Responsável	71857710-2
Daniela Almeida Sutel	Pesquisadora	4067159253

#### 2. Identificação da pesquisa

- a) **Projeto:** Trabalho de conclusão de curso de Especialização apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Administração Pública no Século 21.
- b) **Título da Pesquisa:** A política de austeridade fiscal na Faculdade de Farmácia da UFRGS.
- c) **Departamento/Faculdade/Curso:** Faculdade de Farmácia da UFRGS
- d) **Pesquisador Responsável:** Guilherme Dornelas Camara  
**Pesquisadora:** Daniela Almeida Sutel

#### e) Descrição dos Dados

As informações necessárias ao estudo estão contidas no banco de dados do Sistema PROPLAN, nos arquivos da Faculdade de Farmácia da UFRGS, e se referem aos ingressos de recursos e empenhos realizados no período de 2010 a 2020. Esses dados serão coletados entre abril de 2021 e agosto de 2021.

#### 3. Declaração dos pesquisadores

Os pesquisadores envolvidos se comprometem a manter a confidencialidade sobre os dados coletados do Sistema PROPLAN da Faculdade de Farmácia da UFRGS, bem como a privacidade de seus conteúdos.

Declaramos entender que a integridade das informações e a garantia da confidencialidade dos dados estão sob nossa responsabilidade. Também declaramos que não repassaremos os dados coletados ou o banco de dados em sua íntegra, ou parte dele, a pessoas não envolvidas na pesquisa.

A guarda dos dados obtidos será feita por 5 anos em um arquivo digital e não será disponibilizado em nuvem.





Os dados obtidos na pesquisa somente serão utilizados para este projeto. Todo e qualquer outro uso que venha a ser planejado, será objeto de novo projeto de pesquisa, que será submetido à apreciação da Direção da Faculdade de Farmácia da UFRGS.

Porto Alegre, 26 de abril de 2021.

Nome completo	
Guilherme Dornelas Camara	Pesquisador Responsável
Daniela Almeida Sutel	Pesquisadora

#### 4. Autorização da Instituição

Declaramos para os devidos fins, que cederemos aos pesquisadores apresentados neste termo o acesso aos dados solicitados para serem utilizados nesta pesquisa.

Esta autorização está condicionada a utilização dos dados, exclusivamente, para os fins científicos mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo instituição.

Porto Alegre, 27 de agosto de 2021.

**Prof. Helder Ferreira Teixeira – Diretor**

**Faculdade de Farmácia/UFRGS**

*Profa. Dra. Karina Paese*  
 Vice-Diretora no Exercício da Direção  
 Faculdade de Farmácia/UFRGS